

CIDADANIA, DEMOCRACIA, JUVENTUDE E VOLUNTARIADO NUMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA¹

Maria de Lurdes Fonseca

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL)

1. Da Sociologia da Cidadania e da Cidadania numa Nova Sociedade.

Uma época nova?

A mudança sociopolítica operada pela queda da cortina de ferro foi verdadeiramente impressiva e impressionante no que à sua capacidade revolucionária contende. Da bipolarização política, económica, militar, o mundo viu consolidar-se a multipolarização; da clara dicotomização ideológica, o mundo caiu na proclamação da “morte das ideologias”; da espera de um devir histórico novo, o mundo viu decretar-se o “fim da História”.

1989 fica pois marcado como o ano que encerra, pelo que significa, o germe de todas as mais significativas mudanças que implantaram a presente ordem mundial. Cai o muro, reunifica-se a Alemanha, dá-se a falência do comunismo. A multipolarização que passou a caracterizar o cenário geopolítico concretizou-se num escalonamento progressivo dos diversos núcleos em termos de proeminência política e económica, escalonamento esse coroado em mais alta instância pela hegemonia norte-americana.

É precisamente do topo dessa condição hegemónica que a voz de Fukuyama (1992) se faz ouvir. Proclama que o triunfo da economia livre de mercado (no plano económico), do Estado liberal de direito (no plano político) e do sistema de valores que os caracteriza, concretizam o ponto evolutivo sobre o qual repousa o “fim da História” humana e que dá luz ao “último homem”; conceitos aliás teoricamente tão incompatíveis quanto os pensamentos dos autores que respectivamente os delinearam: o idealista-optimista Hegel e o iconoclasta-corrosivo Nietzsche.

Os analistas sociais e futurólogos, bem como a comunidade sociológica, buscaram paralelamente, com base em registos contrastantes, definir o que entendiam por nova sociedade em emergência. As terminologias variaram (Nova Sociedade de Serviços, Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Informação, Sociedade de Terceira Vaga, Sociedade Pós-Industrial, Sociedade Pós-Moderna); as listagens de traços caracterizadores distintivos e não distintivos multiplicaram-se.

¹ Reprodução da parte introdutória de um texto elaborado em regime de consultoria para o Ministério da Juventude no âmbito do Ano Internacional do Voluntariado, em 2001, publicado esse ano no âmbito das comemorações da efeméride.

Quanto à tentativa de etiquetagem, não obstante tenha alimentado polémicas e despertado paixões, logrou avançar muito pouco no tocante ao efectivo conhecimento científico de uma sociedade de caracteres indiscutivelmente novos mas ainda pouco definidos. Por seu turno, a tentativa de elencagem das características da nova sociedade perdeu, grosso modo, a sua oportunidade, uma vez que geralmente falhou na discriminação do que se apresentou como verdadeiramente novo e do que correspondeu apenas ao acelerar de tendências preexistentes, geralmente iniciadas já no século XVIII, século que, aliás, na esteira da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, produziu em grande parte a sociedade que agora se pretende levar a enterrar.

A arrogância da tese de Fukuyama (perfeitamente na linha das anteriores proclamações de “fim da História”) bem como a arrogância com que os novos desenvolvimentos da estruturação societal contemporânea têm vindo a ser analisados por pensadores que se julgam numa fase final de desenvolvimento (a entrar no planalto do progresso humano), mais que contribuir pouco para a consolidação do conhecimento científico dessas novidades, constituem-se antes em ruído que deve ser silenciado.

É que, de facto, se a novidade da sociedade é incontestável, a novidade do clima histórico é duvidosa. A época que atravessamos e que se caracteriza pelas profundas mutuações em todos os aspectos da vida económica e social que facilmente se apreendem a olho nu, é em tudo semelhante à que se viveu na Europa em 1800 quando as antigas fórmulas ideológicas caíram fossilizadas e mortas ao mesmo tempo que as novas (liberalismo, socialismo, comunismo, conservadorismo moderno) se debatiam ainda, em embrião, no sentido de emergir (Câmara: 1993).

Esta espécie de, chamar-lhe-íamos, “*gap* ideológico”, época de transição que forneceu o mote a uma privativa “crise ideológica” vivida na entrada do século XIX, ficou em muito a dever-se às consequências socioculturais da aplicação de inovações tecnológicas então engendradas. A actual esterilidade ideológica fica paralelamente a dever-se em muito às mutuações socioculturais que derivam já não da industrialização mas da desindustrialização económica.

Mais que “fim da História” são o que se tem chamado a aceleração da vida quotidiana e o incremento do ritmo da evolução histórica, dois dos traços mais marcantes das mutuações em torno das dinâmicas da mudança social nas sociedades contemporâneas (Câmara:1986). Afirma mesmo Dahrendorf (1994) que hoje, não só se sente claramente a história em movimento, como quase nos sentimos tontos ao tentar acompanhar o ritmo da sociedade contemporânea.

Tem sido assumido com cada vez maior insistência por parte dos teóricos, que o conceito de cidadania e, na sua esteira, o de sociedade civil, vêm assumindo, a partir da reordenação ideológica do pós-guerra fria uma importância crescente, tanto no âmbito da discussão política como no da pesquisa sociológica, alimentada pelo abandono da tradicional ênfase na avaliação de graus de igualdade social.

Ora, tendo logrado substituir outros conceitos como o de classe social na dignidade de constituir instrumento privilegiado de compreensão e resolução dos problemas da sociedade contemporânea, a ideia de estatuto cidadão teria passado a constituir a chave determinante do endereçar de problemas sociais, enunciados em termos novos, como sejam o da emancipação da mulher, do tratamento das novas formas de exclusão social, do desenvolvimento e sedimentação de uma sociedade civil participativa, do acomodar dos novos fluxos migratórios, do proteger das minorias étnicas ou do prevenir do nacionalismo exacerbado crescente (Steenbergen: 1994).

Esta direcção evolutiva foi mesmo apontada como compatível com a ideia de aprofundamento do “fim da História” (não obstante as críticas analisadas), uma vez que o reavivar da ideia de cidadania poderia ser vista como expressão da estabilização de uma sociedade que teria alcançado a sua forma definitiva.

A Europa saída de 14 de Julho de 1989 confrontou-se a leste com uma profusão de novas nações tendo aí o conceito de cidadania recoberto o interesse de sustentar a construção de uma sociedade civil e de uma cultura de cidadãos sob um *prima* anteriormente inexistente. A mesma Europa confrontou-se a ocidente com a crise do Estado Providência e a abertura de fronteiras no âmbito da União Europeia. Nesta sequência, também esta adoptou o conceito de cidadania tanto como nova óptica de problematização como, recorrentemente, como panaceia discursiva. É que, como esclarecem Fraser e Gordon (1994) cidadão e cidadania constituem termos poderosos, de monumental poder humanístico, recobertos de uma dignidade poucas vezes igualável e portanto particularmente atractivos para demagogos.

Para além de um conceito que fez a sua reentrada na esfera da conceptualização teórica, o conceito de cidadania tornou-se adicionalmente, a partir dos anos 90, um conceito de moda e particularmente de moda política.

Sente-se algo especial numa ideia que soa a comunitarismo futuro e essa qualidade não pôde deixar de atrair políticos de todas as alas que a usam consoante os seus interesses.

A direita coloca a tónica numa “cidadania activa” sublinhando os deveres dos cidadãos e enfatizando a importância da sua iniciativa local e nacional, tributo aos direitos, que da sua integração nacional, os mesmos cidadãos colhem.

A esquerda tenta fazer afirmar uma “cidadania comunitarista” que combine uma solidariedade, cimento de civilidade, com o acesso crescente a direitos sociais.

O centro usa o conceito de um modo dissociado de qualquer projectismo político particular atribuindo-o a tudo o que é saudável em termos comunitários e não se vê como sendo contaminado nem pelas tendências da esquerda nem da direita.

Dahrendorf (1994) fala da tentação que sente por vezes de se tomar pelo desespero diante das distorções grosseiras operadas sobre uma das “maiores ideias do pensamento social e político ocidental” e de questionar seriamente se o conceito pode ser salvo dos seus abusos ideológicos.

Por mais difícil e exigente que esse salvamento se afigure, ele não pode contudo, parece-nos, deixar de ser intentado. É que mais que conceito da moda, o conceito de cidadania não pode deixar de aceitar-se hoje como um dos conceitos que maior potencial explicativo pode encerrar no estudo da sociedade civil e política contemporânea, bem como no estudo do surgimento e afirmação dos movimentos sociais que se esperam vir a pontuar o futuro.

Acepções clássicas de cidadania.

A partir da teoria política e jurisprudencial, pode afirmar-se referir o conceito de cidadania os direitos e deveres que um membro de uma cidade ou estado-nação possui.

Se, contudo, o nosso intento for compreensivo mais que enumerativo, esta definição afigurar-se-á inaceitável.

Janowitz (1991) fala da complexidade do conceito por detrás da sua aparente clareza e distingue na sua definição vários sentidos que se reportam a utilizações para fins diversos.

Em primeiro lugar, afirma, a cidadania constitui um julgamento moral – a designação de verdadeiro cidadão pode na linguagem corrente fazer-se depender de um

juízo positivo sobre a moralidade do comportamento de um indivíduo determinado.

Depois, cidadania assume-se igualmente como um termo concreto, empírico e descritivo, na medida em que se refira ao conjunto de direitos e obrigações atribuídos a indivíduos para tal elegíveis no âmbito de um estado-nação.

Por fim, nota Janowitz que o conceito de cidadania pode ser abordado como termo analítico, sentido no qual abarca: a) a protecção que o poder estatal proporciona aos seus membros centrais, b) as oportunidades oferecidas pelo poder estatal aos seus membros centrais no âmbito da participação política, ou c) a combinação dos elementos anteriores.

Para Turner (1994) uma definição sociológica do conceito não pode deixar de integrar práticas não apenas de âmbito legal como social, político e cultural, não pode deixar de orientar-se para a clarificação da constituição do cidadão, mais que para a sua mera definição, não pode evitar definir processos que primem pela institucionalização social normativa, nem eximir-se a ser contributo essencial para o determinar do estatuto de membro de uma comunidade. Mais nesta linha, o mesmo Turner avança uma definição coincidente com a de T. H. Marshall, o autor que com o seu *Citizenship and Social Class* (1949) é visto como tendo fundado a abordagem sociológica da cidadania. Para este último, cidadania constitui um estatuto gozado por um indivíduo membro de pleno direito de uma comunidade.

Portanto, mais que uma agregação de direitos e deveres que não se podem sequer relacionar numa relação sinalagmática, cidadania deve entender-se como um conjunto de práticas e atribuições que concretizam os atributos derivados do deter individual de um estatuto social inclusivo.

Clarificando estes sentidos, Benhabib (1999) refere a possibilidade de distinguir três componentes fundamentais no âmbito do conceito de cidadania entendido como prática social. Este constituir-se-ia numa identidade colectiva que abarcaria um sentido de alteridade face ao exterior; na existência de privilégios derivados da condição de cidadão; e numa possibilidade de reivindicar benefícios e direitos sociais. É a partir destes últimos conceitos que trabalharemos.

Quatro ideias centrais mais ou menos pacíficas podem ser identificadas no corpo de conhecimentos a respeito da identidade do conceito de cidadania, que os investigadores têm erigido.

Em primeiro lugar é importante sublinhar que desde a esquematização da teoria marshalliana (a que voltaremos em seguida), define-se o ideal de cidadania como participação total na vida comunitária na esteira da transição de uma definição de cidadania de cariz estritamente político para uma que enfatiza a relação do cidadão com a sociedade na sua globalidade.

Depois, uma segunda ideia assume que um indivíduo, no âmbito de um efectivo e pleno exercício de cidadania, é governado mas simultaneamente governa, pelo que dele se espera a posse de qualidades como a autonomia, a capacidade de juízo equilibrado e o senso de lealdade para com a unidade política em causa.

Em terceiro lugar, é pacífico que a cidadania lida com direitos e obrigações colocando os diversos autores tanto a tónica num como no outro pólo. No respeitante às obrigações, uma quarta ideia está ligada à responsabilidade do cidadão face à comunidade.

Enquanto que numa tradição liberal-individualista, ser cidadão não implicaria qualquer sentido preciso de responsabilidade social, na tradição republicana e comunitarista, hoje especialmente advogada, o detentor do estatuto de cidadania deveria assumir-se como activo na vida pública (conceito mais lato que o de vida política)

predispõdo-se a submeter os seus interesses particulares ao interesse geral da sociedade (Steenbergen, 1994).

Na Grécia clássica, a cidadania foi limitada aos homens livres que, devido à sua contribuição para o funcionamento da cidade nomeadamente por via da prestação do serviço militar, possuíam o direito de participar no debate político. As melhores elaborações a este respeito devem ser procuradas em Aristóteles e na sua *Política* e encerram ainda hoje, nomeadamente no que toca aos conceitos delineados, grande modernidade e interesse fundamental.

O principal motor da extensão da ideia de cidadania (como hoje a entendemos) deve situar-se contudo, concordam os principais historiadores sociais, no desenvolvimento dos processos de democratização que permitiram progressivamente que a definição de cidadão fosse extirpada de discriminações várias como as de sexo, idade ou etnicidade.

Reavivado pelos contributos das Revoluções Francesa e Americana, o conceito de cidadania multiplicou elementos (nomeadamente na esfera dos direitos) e fixou-se no que hoje se crê ser uma ideia que enfatiza direitos e relega para segundo plano deveres, num (des)equilíbrio que para muitos autores atinge níveis de distorção da ideal relação sociedade civil/sociedade política altamente nocivos para um saudável espírito democrático.

Uma última fase evolutiva deriva da erosão da possibilidade de um Estado Providência auto-sustentado que a Europa enfrenta, e da decorrente redefinição necessária dos benefícios e direitos sociais próprios da condição de cidadania.

E, enquanto que tradicionalmente o Estado controlou as vias de admissão ao estatuto de cidadania num sentido limitativo e mesmo classista, uma vez que se aceitou que as responsabilidades sociais do exercício da cidadania deveriam apenas ser assumidas por aqueles que para tal possuíssem condições objectivas, o século XX dá luz a uma nova concepção. Segundo ela, o Estado deve apoiar a universalização da condição de cidadão nomeadamente assistindo os indivíduos na sua manutenção e afastando os obstáculos à admissão.

Novas formas de posicionamento devem contudo ser hoje procuradas na decorrência dos efeitos nocivos que, uma tentativa de extensão quantitativa mais que de incremento qualitativo do estatuto de cidadania, bem como os processos de globalização política e de incremento de fluxos migratórios provenientes dos países do Sul, implicam.

Face ao posicionamento anterior a admissão na condição cidadã e a definição do seu sentido social profundo tornam-se hoje cada vez mais questões problemáticas. Como afirma Gunsteren (1994) essa evolução justifica-se desde logo pelo facto de, no novo sistema internacional de movimentação da população, a cidadania se ter tornado um bem escasso. Adicionalmente, a verificação da extensa utilização inadequada dos direitos de cidadania, nomeadamente dos benefícios fornecidos pelos sistemas de segurança social, bem como o facto da soberania do Estado-Nação ter vindo a ser gradualmente substituída por uma multiplicidade de centros de autoridade e lealdade, criando-se a possibilidade de uma cidadania múltipla, justificam essa posição.

De sublinhar que todas estas evoluções devem forçosamente ser tidas em conta na tentativa de elaborar uma teoria da cidadania moderna que efectivamente dê conta das novas dinâmicas intra e inter-societais.

No âmbito da sua elaboração pioneira, Marshall contrapõe aos direitos que crê serem de três tipos (civis – liberdades individuais; políticos – direito de votar e ser eleito e sociais – direito a um nível de vida satisfatório), uma elencação de deveres que lhes

Cidadania, Democracia, Juventude e Voluntariado numa abordagem Sociológica.

constituem a contrapartida e incluem o pagamento de impostos, a educação da família própria, a promoção do bem-estar da comunidade e o cumprimento do serviço militar.

O catálogo de direitos marshalliano é delineado a partir da lógica cumulativa das lutas pela consolidação do ideal democrático.

Assim, os direitos civis teriam sido estabelecidos com o nascimento do Estado absolutista na sua mais básica e recuada forma abarcando os direitos de protecção da vida, da liberdade e da propriedade, o direito de liberdade de consciência e certos direitos associativos como os do contrato e do casamento.

Os direitos políticos em sentido estrito consolidados no século XIX reportar-se-iam aos direitos de auto-determinação, de eleger e ser eleito para cargos políticos, de desfrutar de liberdade de discurso e de opinião, e aos direitos de associação política e não política, incluindo ainda o direito a uma imprensa e a instituições educacionais e culturais livres.

Por fim, os direitos sociais, produto do século XX, abarcariam a possibilidade legalmente tutelada de formar sindicatos ou outras associações de cariz profissional, direitos de acesso a um sistema público de saúde, a benefícios em caso de desemprego, pensões para a terceira idade, cuidados à infância e subsídios educacionais e habitacionais.

Esta última classe de direitos ganharia expressão no moderno Estado Providência, marcando a sua afirmação o estado final desta evolução.

Para Marshall, de facto, o aparecimento da cidadania social marcaria a consolidação do ideal cidadão na sua forma mais acabada realizando-se por sua via a plena participação do indivíduo na sua comunidade. Da ênfase liberal (cuja tradição se deve remontar a Locke) que perspectivava os direitos fundamentalmente na forma negativa de liberdade “de algo” (nomeadamente da intervenção estatal), a formulação derivada do espírito do Estado providencial formulou antes os direitos numa perspectiva positiva, advogando um Estado intervencionista e activo e permitindo apoiar a deslocação da cidadania entendida como estatuto *formal* para uma cidadania apoiada em sentido *material*.

Da transição para um neo-comunitarismo de contornos bem novos contudo, face à tradição aristotélica de onde deriva, o indivíduo deixaria de assumir uma posição externa face à sociedade política para se integrar numa comunidade pública, como parte idiossincrática desse todo, num modo tal que a identidade social e pessoal do indivíduo se formaria indissociada e indissociável do horizonte de tradições socialmente partilhadas e de instituições intersubjectivamente reconhecidas na comunidade.

As formulações marshallianas assumiam ainda a impossibilidade de retrocessos. Uma vez chegando ao “fim da História” da cidadania não seriam pois possíveis novos desenvolvimentos relevantes nem retornos a estados precedentes. O futuro encerraria apenas a possibilidade de extensão e aprofundamento do conceito mais aprofundado e completo de cidadania: o de cidadania social.

Mais do que simplesmente fazer incluir no âmbito dos direitos de cidadania a protecção socioeconómica sustentada pelo Estado, a cidadania social implicaria a consolidação de um direito de “partilhar a totalidade do património social e viver como seres civilizados de acordo com o nível de desenvolvimento da sociedade em causa” (Marshall, 1949).

Adicionalmente, a educação e protecção de saúde universais contribuiriam tendencialmente para dissolver as sub-culturas de classe numa “civilização unificada” uma vez que desagregariam o rendimento real do rendimento monetário.

O padrão mínimo estabelecido pela provisão pública seria progressivamente elevado a um nível tão alto, previa-se, que se atingiria uma redistribuição da riqueza na

qual o rendimento extra dos ricos seria residual. Concluía o autor que o serviço público em vez do serviço adquirido constituiria a norma na provisão económica do futuro.

A cidadania social sob os ataques da “Nova Direita”.

De acordo com Marshall, como acabámos de analisar, durante o século XX a ideia de cidadania ter-se-ia centrado sobre a sua dimensão social resultando no Estado Providência, que, solidificada fundamentalmente nas décadas de 50 e 60 se teria sustentado sobre dois pilares fundamentais: uma economia industrial dominante sustentada por uma ética de trabalho inspirada por preceitos religiosos e uma filosofia familiar segundo a qual o pai de família se assumia como o ganha-pão da unidade, responsável pela sua independência económica e bem-estar globais. A tradução destas fundações em termos de política socioeconómica permitia-nos falar de um terceiro pilar: o ideal do “pleno emprego” delineado segundo uma lógica de nova economia keynesiana.

Este desenvolvimento permitiu de facto aos cidadãos, até próximo do final dos anos 70, o alcance de um nível de independência material sem paralelo, algo que não pode ser dissociado de um geral clima de crescimento económico acelerado.

Desde os anos 80, contudo, o aparente desenvolvimento unidireccional em direcção a uma maior e mais sustentada independência económica e social, abrandou em muitos casos tendo mesmo, por vezes, recuado. Através de todo o mundo ocidental, os Estados providenciais foram abalados por pressões financeiras e ideológicas. Os benefícios atribuídos por via dos sistemas de segurança social (que constituíam o símbolo da cidadania social) tinham-se expandido de tal forma que a segurança que proporcionaram se desmoronava sob o número crescente de beneficiários e o número decrescente de contribuintes. A transição demográfica e as modificações na organização do sistema produtivo e na aplicação de trabalho humano corroíam rapidamente a possibilidade de almejar ao “pleno emprego” e a ligação rendimentos do trabalho/segurança social começou a ser questionada. Muitos dos Estados Providência ocidentais deixaram de poder cumprir as suas promessas sociais. Nessa decorrência, e contrastando com a prosperidade passada, grupos crescentes de cidadãos encontraram-se em situações de pobreza e exclusão social cada vez mais profundas.

Ataques ideológicos abalaram paralelamente a instituição. Desde logo, ambos os pilares do Estado Providência foram questionados: tanto a tradicional filosofia familiar como a ética de trabalho religiosamente inspirada mudaram radicalmente.

O processo de individualização resultou numa diminuição da dimensão média das famílias, criando concomitantemente novos tipos de relações primárias que permitiram a explosão do número de *solos*, isto é, de agregados familiares de um só elemento.

Grupos que tradicionalmente não se interessaram pela sua integração no mercado de trabalho e que portanto pouco investiam na sua escolarização e especialização profissional, por seu turno, reformulam essas posições. A este respeito, o reivindicar da independência económica passou a desempenhar um papel social indubitavelmente maior que a tradicional ética de trabalho.

A “Nova Direita” cerrou o ataque à ideia de “direitos sociais” acusando-a de inconsistente com as exigências de liberdade individual e da justiça distributiva meritocrática bem como economicamente insuficiente e limitativa do caminho para a auto-suficiência individual (Kymlicka *et. al.*, 1994).

A História pode por vezes ser cruel uma vez que os homens que a protagonizam têm recorrentemente memória curta. O Estado Providência ressentiu-se disso mesmo. Ao perder a sua base contributiva essencial e ao assistir às crises económicas

desencadeadas pelos choques petrolíferos viu-se debaixo de fogo. De um fogo que, ironicamente, a sua idealização inicial, tinha visado em última instância extinguir.

Uma das revoluções mais significativas no pensamento conservador durante os anos dos governos de Thatcher e Reagan concretizou-se, de facto na batalha à esquerda no sentido de propiciar o repensar a dimensão da intervenção social do Estado Providência.

Onde Marshall tinha defendido permitir a implantação da cidadania social proporcionar auxílio aos membros menos afortunados da sociedade abrindo-lhes a possibilidade de efectivamente exercer os seus direitos civis e políticos, a “Nova Direita” defendeu que o Estado do Bem Estar tinha promovido a passividade entre os pobres sem permitir concomitantemente a melhoria das suas oportunidades sociais, sustentando ao invés uma cultura de dependência. Mais que apresentando-se como a sua solução, o Estado Providência teria permitido perpetuar os problemas sociais uma vez que apenas tinha logrado reduzir os cidadãos a dependentes passivos que, sob cerrada tutela burocrática teriam perdido as suas qualidades de iniciativa económica.

Questionou-se ainda se teria algum fundamento aceitar que o novo Estado tivesse produzido cidadãos mais conscientes e activos. Estudos empíricos avançaram resposta negativa (Barry, 1990).

As propostas avançadas pela “Nova Direita” foram no sentido de procurar assegurar uma melhor integração social, económica e cultural dos pobres, sustentada no princípio da responsabilidade individual do assegurar de subsistência, reduzindo a rede pública de apoio social a um mínimo que apenas deveria ser acedido em casos excepcionais e sem sentido de continuidade, assegurando-se em paralelo que qualquer benefício social deveria ter claramente associado um dever.

A tarefa do novo Estado, advogou-se, deveria portanto ser providenciar uma rede de segurança tal que permitisse ao indivíduo, mais que sustentar-se, catapultar-se para uma situação na qual, por si, assegurasse a oportunidade de estabelecer um lugar próprio, merecido, na sociedade.

De contrariar fortemente, disse-se, seria a promoção de qualquer tipo de passividade e dependência, o que Habermas (1994) chamou o acento na “clientalização do papel do cidadão”, contraproducente em última instância com a responsabilidade social que lhe seria devida e que o deveria caracterizar.

A visão da “Nova Direita”, conquanto profundamente impressiva na mudança operada na bondade com que o Estado do Bem Estar passou a ser avaliado, e marcando inelutavelmente os desenvolvimentos que, em termos da história da cidadania, se seguiram, não deixou de ser ela própria criticada.

Para alguns, o programa da “Nova Direita” deve ser mesmo visto não como uma visão alternativa de participação cidadã, mas antes como um ataque à própria ideia de cidadania, programa aliás, baseado, apontou-se, em pressupostos não verificados nem verificáveis.

A ideia que avançam de que o aumento de desempregados se teria devido à extensão dos benefícios dados aos cidadãos que se encontrassem nessa situação, por exemplo, seria falsa. Conclui-lo, disse-se, equivaleria a ignorar o impacto da reestruturação económica global e a negligenciar os dados que apontam para o facto de serem os Estados Providência mais intervencionistas como a Escandinávia, aqueles que tradicionalmente beneficiaram dos níveis mais baixos de taxa de desemprego. Por outro lado, longe de ensinar iniciativa e auto-suficiência, as reformas inspiradas pelas críticas da “Nova Direita” foram acusadas de não promover uma cidadania mais consciente como teriam querido, mas antes de potenciar o aprofundamento das desigualdades de classe e o engrossar do número dos socialmente inadaptados e excluídos.

Novos perfis de cidadão.

A actual problematização das questões em torno da cidadania parte genericamente das contribuições marshallianas. Contudo, solidariza-se igualmente em torno da aceitação da sua insuficiência no que respeita ao enfrentar dos novos problemas levantados pelas dinâmicas sociais modernas, bem como do recusar dos cenários de futuro apontados por Marshall.

O ataque ideológico e a problematização financeira do Estado Providência decorrentes da prossecução do ideal de cidadania social, conduziram a que esta fosse apontada como insuficiente, sendo progressivamente afastada quer do delinear de cenários ideais quer do problematizar dos contornos dos tipos dominantes de cidadania futura.

Para além da cidadania social vários tipos de cidadania de novo tipo têm pois vindo a ser delineados negando-se a ideia desse estágio como final.

Contra Marshall, tantas vezes acusado de etnocentrismo ao propor uma teoria que, baseada no caso britânico, era apresentada como permitindo explicar toda a evolução internacional a este respeito (Turner, 1990), é o conceito de internacionalização um dos que reúne maiores consensos na enunciação de cenários para a condição cidadã futura, conceito a que já Kant tinha aludido no seu tratamento da possibilidade de uma sociedade civil mundial.

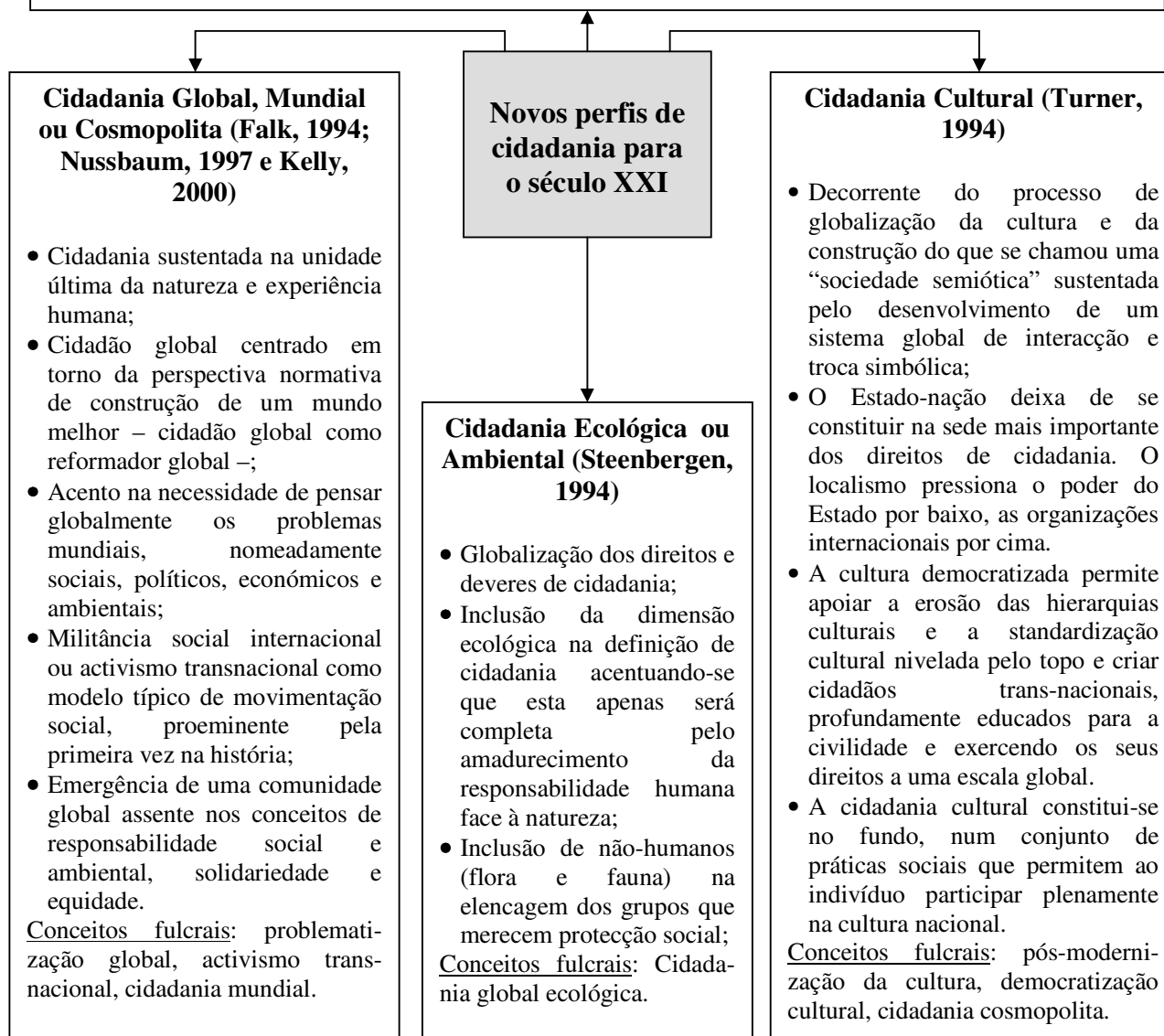
Contradizendo pois Marshall, não apenas se assume hoje, crescentemente, a existência de evoluções nacionais diversas no que às questões da cidadania contende (mesmo no âmbito do bloco ocidental), como se explora cada vez mais a possibilidade de avaliar a cidadania em contextos mais latos que o nacional.

Entre alguns dos perfis de nova cidadania avançados salientamos os de cidadania neo-republicana (Gunsteren, 1994), cidadania cultural (Turner, 1994), cidadania global, mundial ou cosmopolita (respectivamente Falk, 1994, Nussbaum, 1997 e Kelly, 2000) e cidadania ecológica ou ambiental (Steenbergen, 1994). Apresentamos de seguida esquematicamente os seus pressupostos:

Cidadania Neo-Republicana (Gunsteren, 1994)

- O cidadão é membro de uma comunidade pública, a república que se assume como a mais importante mas não a única comunidade enquadradora;
- A tarefa da república constitui-se na organização da pluralidade comunitária e na protecção da liberdade individual de aderir ou não às várias comunidades existentes;
- Qualificações especiais e claramente determinadas e geridas pela república são exigíveis no acesso à cidadania que nunca é universalmente adquirida e mantida;
- O governo da república toma a seu cargo a formação cívica dos indivíduos, sendo o estatuto de cidadão entendido como não naturalmente dado mas socialmente formado;
- O cidadão neo-republicano é autónomo, leal, capaz de julgamento reflectido assumindo o duplo papel de governador e governado. Difere dos perfis de cidadão anteriores pois a sua autonomia é prosseguida de forma organizada por acção da república, porque o seu julgamento reflectido deriva de um tratamento competente da pluralidade e porque a sua lealdade fundamental (mas não única) se direcciona para a própria instância organizativa da pluralidade: a república.

Conceitos fulcrais: pluralidade comunitária e pluralidade cidadã.



Um acento na responsabilização do cidadão e a sua participação comunitária activa, tanto numa problematização local, nacional, regional como global de cidadania, apresenta-se como o traço mais marcante de um ressurgir contemporâneo da importância dos deveres de cidadania (face aos direitos) quase esquecidos e muitas vezes desvalorizados num passado próximo.

A abordagem de Nussbaum (1996) é marcante no que a este respeito se refere. Para ela, um dos mais importantes pilares de uma cidadania activa implica um reforço da importância dos deveres, interessando-nos particularmente a maneira como os descreve. Lista: contribuir monetariamente para causas que promovam o bem-estar de populações distantes; trabalhar com organizações não-governamentais em questões que vão da ecologia à violência doméstica passando pelo trabalho junto da toxicod dependência, o apoio à terceira idade ou a extensão da escolarização; participar em foruns internacionais de diálogo acerca da promoção do bem-estar de mulheres, crianças e outros grupos sociais vulneráveis; valorizar e celebrar a diversidade e a multiculturalidade; e trabalhar no sentido da reforma dos enquadramentos legislativos nacionais no sentido de crescentemente estabelecer a igualdade de todos os indivíduos tratando as desigualdades de raça, religião, classe, género, nacionalidade e etnicidade como moralmente irrelevantes (alguns autores como Wilson, 1994 e Glenn, 2000 falam mesmo na emergência de uma cidadania racial e sexualmente neutra).

O perfil de activista transnacional, passo seguinte da consolidação do activismo nacional, regional e local é tão mais relevante quanto é apresentado como o substrato dos futuros movimentos sociais típicos, justificando o papel crescentemente relevante que as organizações voluntárias não lucrativas e o voluntarismo em geral deverão assumir na sociedade que presentemente se consolida.

O voluntário identificar-se-á cada vez mais com o cidadão activo, consciente do seu papel social e ciente das implicações dos direitos que a cidadania lhe confere, uma vez que essa mesma cidadania implicará cada vez mais um dever de dispor de “tempo, esforço e recursos” a favor da comunidade (Nussbaum, 1996; Friedman, 2000). Em vez do tradicional dever social de abstenção de prática de acções que possam prejudicar outros seres humanos, a sociedade em geral ou o ambiente derivada da tradicional fórmula de “a minha liberdade acaba onde se inicia a liberdade ou o direito do outro”, o futuro reservaria uma moralidade cidadã que adicionaria ao dever de não-maleficência o de activa protecção contra a injustiça e o de beneficência entendido como prossecução da promoção do bem-estar dos seres humanos em geral. Este dever concretizar-se-ia não mais que na globalização de um dever genericamente mais bem aceite: o de auxiliar os membros mais necessitados da própria sociedade.

A posição de Nussbaum não deixou contudo também ela de ser desafiada. Para alguns, a ideologia do Estado minimalista e da capacidade do mercado para assegurar prosperidade, riqueza e felicidade a toda a sociedade instalada na sequência dos ataques da “Nova Direita” e do engrossar das dificuldades de reabilitação económica dos sistemas de segurança social ocidentais teria sido acompanhada em alguns países europeus (não sem a associação de fortes críticas) a incentivos ao estabelecimento e alargamento da acção do sector voluntário não lucrativo de cariz social.

O incentivo à participação comunitária por via do encorajamento do voluntariado individual organizacionalmente integrado, mais que resultado de tendências ao nível da estabilização de um novo perfil de cidadão, esconderia pois uma tentativa de instrumentalização do cidadão pelo Estado.

Hudson (1998) um dos principais proponentes desta visão assevera que a noção de cidadão que integra como objectivo central o elemento de incentivo à promoção do voluntarismo a favor da comunidade, mascara a diminuição da própria cidadania,

nomeadamente da sua dimensão social pois visa em última instância permitir ao Estado eximir-se do cumprimento dos seus deveres. Ao mesmo tempo, este mecanismo permitiria calar com mais eficácia quem se levantasse a favor da extensão do Estado social.

Em última instância portanto, mais que manifestação de cidadania e de espírito democrático, o voluntarismo decorreria de um enredo demagógico. A recusa verificada ao nível do sector voluntário não lucrativo de aceitar um papel que em última instância não lhe compete concretizaria a via de esperança e a possibilidade de ainda assim recuperar o perfil de voluntário-cidadão (Hudson, 1998).

Cidadania, Democracia e Juventude.

O aumento da apatia dos eleitores medido por acréscimos impressionantes de taxa de abstenção eleitoral, o aumento dos dependentes de longa duração dos sistemas de segurança social (não obstante os retrocessos que os anos 80 conheceram), a verificação da utilização fraudulenta desses sistemas por um grupo crescente de beneficiários, as tensões sociais criadas por um aumento da multiracialidade e multiculturalidade entre a população activa ocidental ou a falha das políticas ambientalistas sustentadas sobre a confiança na cooperação voluntária do cidadão, tornaram claro que a saúde e estabilidade de uma democracia moderna depende não apenas da justiça intrínseca dos seus pressupostos estruturais e da capacidade e engenho dos seus governantes, mas igualmente das qualidades e atitudes dos seus cidadãos.

Profundas consequências na governabilidade das democracias e na fidelização da sua *praxis* aos princípios constitutivos que lhe são próprios podem de facto decorrer do senso de identidade nacional, regional, étnica ou religiosa dos seus cidadãos, da sua capacidade de tolerar e conviver com a diferença, da sua disponibilidade para participar no processo político promovendo a melhoria de bens públicos e fiscalizando a acção dos governantes, da sua vontade de mostrar contenção e exercer de forma responsável o seu papel de agente económico, cujas escolhas pessoais afectam a sua saúde e o ambiente (Kymlicka *et. al.*, 1994). A este respeito nota Habermas (1992) que “as instituições de liberdade constitucional apenas valem aquilo que a população delas faz”.

Sem cidadãos formados para a cidadania activa e responsável tem sido notado tornarem-se as democracias dificilmente governáveis e mesmo social e politicamente instáveis, uma vez que o sucesso da generalidade das políticas públicas depende extensivamente de decisões pessoais.

O Estado não poderá suportar cuidados de saúde adequados se os cidadãos não agirem responsabilmente a respeito da sua própria saúde; o Estado não poderá assegurar as necessidades das crianças, dos idosos ou dos deficientes se os cidadãos não partilharem essa responsabilidade providenciando cuidados aos seus parentes; o Estado não poderá tratar o ambiente caso os cidadãos não estejam dispostos a reduzir, reutilizar e reciclar; as possibilidades de planeamento e intervenção macroeconómica podem ser comprometidas se os cidadãos tomarem de empréstimo quantidades excessivas de dinheiro e exigirem aumentos salariais inoportunos; tentativas de criar uma sociedade mais justa abortarão sucessivamente se os cidadãos forem cronicamente intolerantes e falhos em termos do que Rawls (1971) chama senso de justiça.

É necessário criar condições institucionais para que uma adequada participação cidadã se concretize. Um retorno às concepções mais originárias de democracia pode ser aí relevante. É que, é importante sublinhar como nota Habermas (1994), que o conceito originário de democracia, aperfeiçoado a partir da noção de autodeterminação delineada por Rousseau e apoiada pelas elaborações kantianas, não concebeu nunca o exercício da soberania popular como transferência de poder político de cima para baixo

ou como a sua distribuição entre duas partes contraentes. Antes, a soberania popular significou na sua forma primeira a possibilidade de transformar o poder autoritário do passado em poder autolegislado, concretizando-se aí o princípio que emprestou à democracia o seu fundamento essencial.

Um retorno a um governo reflexo da formação consciente de vontades populares ou seja, a inversão da actual prática *top-down*, pode encerrar importante interesse para a consolidação de um mais maduro e activo espírito democrático e cidadão. A esse respeito, a expansão do voluntarismo a escalas diversas pode ser relevante quando perspectivado como tributo de cidadania.

Paralelamente, uma adequada concepção e prática de cidadania, bem como da generalidade dos valores sociais e morais, tem sido apontado, deve ser sistematicamente aprendida (e. g. Peters, 1993; Mosher *et al.*, 1994; Kymlicka *et al.*, 1994; Yates *et al.* (eds.), 1999; Crick, 2000). Para Aristóteles “As pessoas não desenvolvem naturalmente a excelência moral e a sabedoria na acção. Elas tornam-se assim apenas através de esforço pessoal e comunitário continuado” (citado por Mosher *et al.*, 1994). Essa acção intentada junto da juventude deveria pois permitir iniciar um processo de maturação moral e social que conduziria a uma cidadania mais activa, consciente e produtiva.

Vários estudos e políticas educativas têm visado “democratizar” as escolas nomeadamente fazendo os alunos participar da sua gestão, na crença (apoiada por investigação psicossociológica diversificada) de que estes mais facilmente compreenderão e valorizarão a democracia, bem como mais facilmente desenvolverão as competências necessárias para o exercício de uma efectiva cidadania democrática, caso possuam experiência directa continuada de participação num governo democrático. Sustentação científica apoia essa linha programática, postulando que a educação democrática age como importante veículo de educação moral bem como de desenvolvimento cognitivo da criança e social e político do jovem (Lickona, 1994).

Kohlberg, no âmbito das suas teorias sobre desenvolvimento moral aponta mesmo que a capacidade para o exercício da democracia completa está latente no pensamento humano e deve ser estimulada para que se possa revelar. Esse estímulo lograria alcançar particular efeito conquanto fosse prosseguido na adolescência e juventude uma vez que seria essa a época em que os indivíduos alcançariam e consolidariam competências no âmbito da avaliação moral com maior sucesso.

A “educação para a virtude” decorrente de uma “educação para a cidadania” derivaria pois de quatro pressupostos fundamentais que se podem enunciar do seguinte modo: a) a democracia está vitalmente dependente de uma cidadania educada e responsável, b) as crianças educadas em grupos democráticos beneficiam em termos do seu desenvolvimento pessoal e social, c) a participação democrática contribui para a promoção em termos de capacidade de raciocínio e d) a democracia tem de ser recriada no âmbito do quadro conceptual e comportamental próprio de cada geração para que não corra o risco de ser colocada em causa (Mosher *et al.*, 1994).

Em vez de uma educação para o civismo teórica e muitas vezes apenas questionada no âmbito da avaliação de conteúdos apreendidos, a escola deveria ela própria espelhar e personificar a democracia já que, “a democracia não pode ser ensinada ou compreendida em instituições (por exemplo, escola, família) que não são democráticas” (*idem*).

Em cenário, assiste-se à transferência da confiança no mercado para a confiança nas instituições de ensino e outras que veiculam conhecimentos formais e informais aos jovens como as instâncias adequadas ao assumir das tarefas ligadas à educação para a cidadania.

2- Para um estudo sociológico do voluntário, do voluntarismo e do voluntariado.

Delimitando e definindo o sector voluntário não lucrativo de actividade.

O estudo do sector voluntário não lucrativo tem sido visado nos últimos anos por múltiplos investigadores preocupados em fixar-lhe os contornos e em captar-lhe o espírito.

A literatura publicada a esse respeito, multiplicando-se a um ritmo muito considerável desde inícios da década de 70, atesta o interesse crescente por uma área da actividade socioeconómica que geralmente foi apenas tratada em sentido negativo; ao reunir informações sobre outros sectores e por aí estabelecendo-se o que o sector voluntário não é, acreditava-se que em última instância se fixaria a sua natureza.

O reduzido estudo do sector voluntário reflectiu o parco interesse político nesse sector e a sua reduzida proeminência pública.

É com o incremento dessa visibilidade dado pelo multiplicar, essencialmente a partir da década de 60, de organizações voluntárias, não lucrativas, bem como da mais tardia interrogação da dimensão da intervenção estatal no proporcionar aos cidadãos dos serviços decorrentes da ideia de cidadania social, que o crescente interesse por um sector já de si florescente se forma. As organizações voluntárias não lucrativas assumiram nessa esteira uma visibilidade social e uma importância sociopolítica crescentes pois ombream progressivamente com os poderes públicos no que se chamou a nova economia mista de providência, recobrando em consequência uma dignidade social nova cada vez mais independente do enquadramento religioso (Leat, 1996).

É pois como parceiro estatal que o sector voluntário ganha relevância política. É depois, com o diversificar das suas áreas de actuação e com o ampliar da sua oferta, que se torna determinante na prestação de serviços culturais e sociais enquadrados e não enquadrados na lógica da provisão pública.

Mas, se o Estado auxiliou claramente o desenvolvimento do sector numa lógica fundamentalmente instrumental, não é correcto dizer-se que foi esse apoio que determinou o florescimento; este, antecedeu o interesse estatal e decorreu de dinâmicas sociais que devem ser buscadas junto dos novos imperativos estruturantes da sociedade em mutação.

A teoria económica foi a primeira a interessar-se sistematicamente por este sector e contribuir para o seu estudo continuado. Definiram-no genericamente como “o corpo de indivíduos que se associam com o fim de prosseguir tarefas públicas delegadas ou prosseguir tarefas públicas para as quais existe procura, mas nem o Estado, nem o sector privado lucrativo avançam no sentido de a satisfazer” (Hall, 1987).

Várias teorias foram sendo construídas no sentido de melhor apreender as dinâmicas inerentes a este sector de actividade. No âmbito das teorias económicas do sector voluntário não lucrativo, distinguem-se geralmente as que se focam na tentativa de fixação do seu papel e as que antes privilegiam a explicação do seu comportamento (Hansmann, 1987).

Relativamente ao papel das organizações voluntárias não lucrativas, a teoria dos bens públicos desenvolvida por Weisbrod afiança que essas organizações surgem no sentido de se assumirem como produtoras privadas dos bens públicos cuja provisão exceda o nível de bens e serviços que satisfazem o eleitor médio.

Esta posição apresenta-se como interessante na medida em que consegue captar o facto de realmente muitas organizações voluntárias não lucrativas trabalharem no âmbito da provisão de bens e serviços próximos dos proporcionados pela intervenção estatal. Não permite contudo explicar o fito de todas as organizações do cariz das que nos interessam e que predominantemente fornecem bens privados nem o porquê de serem organizações não lucrativas em vez de lucrativas a satisfazerem essa procura residual (Hansmann, 1987).

A teoria da falha contratual avançada por Hansmann possui interesse adicional uma vez que responde às interrogações que a tese de Weisbrod deixara sem resposta.

Estudos da autoria de diversos investigadores desenvolvidos em infantários e centros de saúde que apontavam para a conclusão de que os utentes sentiriam dificuldade no julgamento da qualidade dos serviços prestados, foram utilizados por Hansmann na construção de uma teoria segundo a qual a criação de procura de serviços sociais junto das organizações não lucrativas decorreria do receio de abuso económico no âmbito do desenvolvimento de actividades dificilmente valoráveis e/ou caracterizadas por informação assimétrica tanto no que respeita à natureza do serviço como à forma da sua comercialização.

Uma organização não lucrativa forneceria aos consumidores a garantia da incapacidade de benefício individual (ou benefício adicional em geral) daqueles que prestam o serviço caso este fosse de baixa qualidade. Desta forma, diz-nos Hansman, optar por uma organização voluntária não lucrativa face a uma lucrativa diminuiria consideravelmente a probabilidade apercebida pelos consumidores de poderem ser economicamente prejudicados.

Nessa linha, organizações voluntárias não lucrativas emergiriam com vantagens comparativas sobre organizações lucrativas, quando o valor da protecção contra o abuso económico ultrapassasse as ineficiências financeiras geneticamente ligadas à provisão não lucrativa de bens ou serviços (na sequência de um limitado acesso ao capital e de reduzidos incentivos à minimização de custos) (Hansmann, 1987).

As teorias do subsídio sugerem por fim que a multiplicação da concessão de subsídios às organizações voluntárias não lucrativas seria a causa da sua proliferação, particularmente quando estivéssemos em presença da provisão de bens ou serviços também disponíveis por via da iniciativa privada lucrativa.

Estas últimas teorias têm no entanto sido altamente criticadas, uma vez que análises empíricas apontam na generalidade dos casos para uma causalidade inversa: não seriam os subsídios a surgir primeiro e depois as organizações, mas seriam os primeiros os que surgiriam por reacção ao desenvolvimento das segundas, acomodando-se às suas particularidades (Hansmann, 1987).

Relativamente ao comportamento das entidades que compõem o sector voluntário não lucrativo, verificou-se desde logo um interesse particular no que respeita à construção de modelos optimizantes que permitissem contornar uma das ineficiências típicas do sector: a ineficiência produtiva. É que se assume hoje de uma forma quase totalmente pacífica que as organizações não lucrativas em geral sofrem desse mal e que, na ausência de subsídios ou algum tipo de falha de mercado considerável, produziriam qualquer bem ou serviço a um preço muito mais elevado que o sector lucrativo, tendendo a ser substituídas por ele. Uma propriedade de sobrevivência particular potenciada por circunstâncias de mercado particulares protegeria contudo as organizações voluntárias; quando essa propriedade se activasse e se assumisse como mais impressiva que os custos associados à ineficiência produtiva o desenvolvimento e estabilização de organizações voluntárias não lucrativas dar-se-ia com vantagens sociais.

Para além da teoria da ineficiência produtiva outras são relevantes na procura da melhor compreensão do comportamento das organizações em apreço. Uma é a teoria da resposta da oferta que sugere que as organizações não lucrativas tendem a reajustar-se muito menos rapidamente às alterações do mercado do que as lucrativas, particularmente pelas restrições que as primeiras enfrentam no acesso ao capital, capital esse decorrente em regra de donativos e patrocínios.

Outra teoria, conhecida como teoria do comportamento gerador de rendimento, centra-se precisamente no acesso ao capital elaborando sobre o que chama o subsidiar cruzado: o rendimento que um serviço não central disponibilizado a um custo pela organização não lucrativa permite financiar um serviço central na actividade da organização (Hansmann, 1987).

Teorias políticas focadas sobre a natureza, fim e comportamento das organizações voluntárias não lucrativas merecem igualmente ser analisadas. A sua natureza difere marcadamente da natureza das teorias económicas, uma vez que os seus intuítos e estratégias são mais globais e compreensivos.

No dizer de Douglas (1987), uma teoria política da organização voluntária não lucrativa deve orientar-se em primeira instância para o exercício biologicamente inspirado de definir qual o ambiente no qual as organizações, comparadas a organismos, proliferam, de identificar e caracterizar o “nicho ambiental” que as favorece.

Uma comparação sistemática com o sector governamental permite avançar no sentido de caracterizar a organização voluntária.

A teoria de Mancur Olson (1971) originalmente delineada no âmbito do estudo da contratação colectiva e das dinâmicas sociais associadas ao sindicalismo e sua capacidade negocial foi igualmente aplicada à inquirição sociológica no âmbito da provisão de serviços enquadrado pelo sector voluntário de actividade. Para compreender esta teoria é necessário introduzir a noção de “free rider” e reflectir sobre as consequências da acção que o caracteriza.

O problema do “free rider” ou da “boleia” foi tradicionalmente levantado no âmbito do estudo da provisão por parte do Estado de bens públicos. Se, por exemplo o Estado assegura a defesa nacional paga com o dinheiro dos seus contribuintes, todos os habitantes do país, quer paguem ou não pelo serviço (e mesmo, quer queiram quer não queiram dele beneficiar) vão ser automaticamente abrangidos, uma vez que estes bens são caracterizados pela não-exclusividade.

Os problemas que aqui se colocam são de dois tipos: um problema de justiça contributiva, já que um indivíduo que se queira eximir ao pagamento do serviço poderá fazê-lo sem perder o gozo do mesmo, e um problema de sobrevivência e eficiência do serviço já que a fragilização do vínculo entre a contribuição e o benefício conduz a ineficiências na provisão que em última instância podem fazer perigar a sua disponibilização.

O Estado, através do poder coercitivo da lei possuiria em princípio meios de evitar “free riders”. Contudo, uma vez que as organizações voluntárias não possuem meios legais para compelir à contribuição equitativa, poderiam mais facilmente ser prejudicadas na sua eficácia produtiva pelo problema das “boleias”. Na decorrência desta lógica (entre outros elementos) assumiu-se a tendencial transição da generalidade dos serviços disponibilizados sob a responsabilidade do sector voluntário para o estatal.

Para Olson, a variável tamanho organizacional seria fundamental no sentido de avaliar correctamente o problema do grau de exposição do sector voluntário ao problema das “boleias” e a sua capacidade de prover serviços públicos com eficiência. Assim, para o mesmo autor, as organizações voluntárias de reduzida dimensão

poderiam assumir-se como alternativas viáveis à provisão estatal de bens colectivos sem serem afectadas pelo problema do “free rider” uma vez que os poucos membros individuais sentiriam imediatamente percas de benefícios caso um dos membros não efectuasse a sua contribuição, sendo aliás este mais facilmente identificado e recriminado. Daqui se concluiria uma menor predisposição da totalidade dos membros de organizações voluntárias de reduzida dimensão a eximir-se ao pagamento das contribuições que lhe seriam devidas.

Em casos contudo em que o vínculo entre a contribuição e o gozo do serviço fosse menos aparente, o que nomeadamente sucederia com o crescimento da organização, o incentivo à “free ride” tornar-se-ia crescente e a necessidade de o Estado, com a coercibilidade legal que o caracteriza, tomar conta da provisão do bem ou serviço público em causa, aumentaria consideravelmente.

Uma estratégia específica avançada por Olson poderia permitir contudo que as organizações crescessem em tamanho mas se mantivessem viáveis na sua actividade: em vez de se limitar a acção da organização à provisão de bens inclusivos alguns benefícios exclusivos aliados à comparticipação deveriam ser criados e mantidos.

A invocação do poder da lei limita porém o poder estatal de um modo não experimentado pelo serviço voluntário.

Enquanto que o Estado democrático apenas deve prosseguir (de forma que implica coercibilidade, note-se), fins que possam ser apercebidos como genericamente desejáveis pela globalidade da população, o sector voluntário não lucrativo não necessita de aspirar a reflectir os desejos da generalidade dos cidadãos caracterizando-se antes tipicamente por fornecer uma resposta circunstanciada a exigências circunstanciadas.

Esse facto permite ao sector voluntário assumir-se como o prestador dos serviços públicos para os quais existe procura mas que, ao não serem vistos como pacífica ou globalmente desejáveis, dificilmente alcançam cobertura política.

A ausência dos constrangimentos que o Estado enfrenta sejam do tipo acima descrito sejam decorrentes do necessário tratamento de todos os indivíduos de uma forma equitativa, permite às organizações voluntárias uma acção mais específica (cobrindo nichos negligenciados pela lógica estatal), bem como mais aleatória e espontânea, o que traz flexibilidade à provisão de bens públicos.

Se em última instância o sector estatal deve escolher se favorece ou não um ensino confessional, se proporciona ou não medicamentos gratuitos para determinada enfermidade, o sector público pode no seu seio abarcar todas estas posições, exprimindo, como tem sido notado, o ideal democrático uma vez que toma em conta a diversidade de opiniões e crenças dos cidadãos (Douglas, 1987).

A comparação entre o sector voluntário e o estatal que temos vindo a desenvolver no âmbito das elaborações politológicas associadas ao estudo do primeiro sector destaca ainda duas outras características distintas.

Em ligação directa ao argumento da diversidade e dos menores constrangimentos à acção, tem sido apontado ao sector voluntário uma maior capacidade de experimentação e inovação que beneficiaria a acção do Estado, uma vez que esta teria assim à sua disposição um laboratório que validaria estratégias que, se provadas adequadas, poderiam, por via da acção estatal, ser universalizadas (Osborne, 1998).

As maiores necessidades de justificação pública e de facilitação da fiscalização das acções estatais conduziram, por outro lado, ao aumento do tamanho e complexidade organizacionais e das disfunções burocráticas dos serviços públicos face

Cidadania, Democracia, Juventude e Voluntariado numa abordagem Sociológica.

aos privados, que também por aí ganhariam em agilidade, proximidade ao cliente e mesmo eficiência (Douglas, 1987).

A sistematização de Kramer (1987) dos principais papéis que têm sido avançados na caracterização das organizações voluntárias remete para o seguinte quadro sinóptico (cf. Marshall, 1996):

Papéis assumidos pelas organizações voluntárias não lucrativas	Caracterização
Papel de <i>vanguarda</i> .	As organizações voluntárias funcionam no sentido de inovar, experimental, demonstrar, agindo como pioneiros em acções que, em última instância podem ser retomadas, formalizadas e generalizadas pelo governo.
Papel de <i>crítica e melhoramento</i> .	As organizações voluntárias devem servir como grupo de pressão, crítica, fiscalização e sugestão face à política pública visando em última instância uma maior qualidade e cobertura de bens e serviços públicos.
Papel de <i>guardiães de valores</i> .	As organizações voluntárias devem promover a participação dos cidadãos, desenvolver qualidades de liderança, proteger os interesses especiais de grupos minoritários bem como assegurar a vitalidade de valores sociais como o voluntarismo e a solidariedade.
Papel de <i>disponibilização de serviços</i> .	As organizações voluntárias disponibilizam os serviços que decorrem dos seus fins alguns marcados pela delegação estatal em áreas de responsabilidade pública.

Numa democracia pluralista, tanto o governo como o sector voluntário agem no sentido da provisão de bens públicos. Tal facto conduziu mesmo a que se argumentasse que as organizações voluntárias não lucrativas constituiriam a contrapartida privada do prosseguimento estatal de políticas públicas. Esse enfoque de parceiro no âmbito de uma economia mista de bem-estar conduziu a que a atenção predominante dada às organizações voluntárias não lucrativas se centrasse naquelas que directamente lidam com serviços sociais, embora outras como sejam as ecológicas, políticas ou culturais, devam ser destacadas.

Em comum, as organizações que se chamaram de serviço humano, apesar da enorme diversidade que as caracteriza unificam-se por trabalharem directamente com pessoas visando a sua mudança, a sua participação ou o seu cuidado, por disponibilizarem recursos críticos na sua manutenção, promoção ou protecção bem como por concorrerem para o restabelecimento do seu bem-estar.

Em contrapartida, porém, os seus múltiplos objectivos são muitas vezes ambíguos e problemáticos, dependem de profissionais e de uma tecnologia indeterminada sustentada na relação com o cliente e possuem medidas rudimentares e problemáticas de avaliação do grau de eficiência.

É na gestão das suas vulnerabilidades que o potenciar das suas virtuosidades deve ser prosseguido para que estrangulamentos ou conflitos organizacionais não entrem o benefício social decorrente das suas externalidades positivas.

Teorizando o trabalho voluntário.

O trabalho voluntário constitui o principal recurso das organizações não lucrativas, constituindo a forma de provisão de pessoal o seu traço mais distintivo.

No âmbito do estudo sociológico do voluntariado é possível identificar algumas áreas fundamentais de interesse teórico, entre as quais a tentativa de definição do conceito de voluntariado, da sua integração numa teoria coerente, o estudo do perfil sociodemográfico do voluntário, o estudo do trabalho voluntário e seu enquadramento organizacional e o estudo das motivações inerentes à acção de voluntariado e ao seu abandono. Interessar-nos-á aqui o que particularmente se relaciona com a definição do voluntariado enquanto enquadramento determinante para a definição do perfil do indivíduo que se voluntaria.

O conceito de voluntariado esconde sob a sua aparente simplicidade uma complexidade que deriva do facto de este se aplicar a uma grande diversidade de situações bem como da circunstância de vários sentidos lhe serem recorrentemente associados.

Genericamente podemos definir voluntariado como qualquer actividade na qual tempo seja disponibilizado gratuitamente em benefício de outra pessoa, grupo ou causa (Wilson, 2000).

Osborne (1998) considera útil distinguir três níveis conceptuais associados ao voluntariado: a voluntariedade (*voluntaryism*), o voluntarismo (*volunteerism*) e o voluntariado (*voluntarism*).

Enquanto que a voluntariedade se ligaria aos pressupostos da vida colectiva, constituindo-se na qualidade-cimento da civilidade e baseada numa cooperação comunitária voluntária por princípio não activa, o voluntarismo relacionar-se-ia com a dimensão individual do voluntariado isto é, com a provisão gratuita e organizada de um serviço directo destinado a melhorar o bem-estar de pessoas com as quais não se mantém laços familiares.

Por fim, o nível do voluntariado ligar-se-ia ao nível institucional de análise referindo-se à provisão organizada e colectiva de serviços por meio de organizações voluntárias não lucrativas, cuja forma de recrutamento de recursos humanos, deriva em particular do uso de voluntários caracterizados pelo voluntarismo do nível de análise anterior.

No que toca ao conceito decorrente do segundo nível de análise de Osborne três aspectos devem ser destacados: um primeiro, de enfoque económico, assume o voluntariado como uma prestação não paga, que por esse facto constitui uma mais-valia para além das criadas pelo normal funcionamento da economia; um segundo liga-se ao facto de o voluntário ombrear com o profissional na prestação dos serviços de que se ocupa, embora os dois papéis sejam distintos podendo por vezes tornar-se conflituantes; por fim, um terceiro aspecto sublinha que a acção voluntária é distinta da ajuda informal tanto concedida à família como à rede social de apoio mais extensa. Parte integrante de um agregado de comportamentos assistenciais, o voluntariado seria distinto da ajuda informal por três razões: exigiria maior empenhamento, seria mais estável e formalizado e assumir-se-ia como mais estreito no seu alcance. Estas diferenças não invalidariam no entanto que se tenha visto o voluntariado como uma extensão do comportamento privado na esfera pública (Brudney, 1990).

Várias questões associadas à definição de voluntariado e à identificação do que serão os seus elementos definitórios são ainda objecto de debate. Mesmo no que relaciona à necessária gratuitidade do serviço (para além de benefícios não materiais), opiniões variam. Se para uns a remuneração nega o carácter voluntário, para outros, indivíduos eleitos para cargos mal pagos que aceitam com o desejo de serviço altruísta devem ser ao menos considerados “quasi-voluntários”.

Saber-se se a definição de voluntariado deve ou não incluir referências a motivos é outra área de divergência teórica. De um lado da contenda aceita-se que o desejo de ajudar os outros é constitutivo do voluntariado, de outro avança-se que voluntariado significa apenas contribuir para a produção de um bem público, pelo que referências a motivações são desnecessárias. A recente ênfase na qualidade produtiva do voluntariado vai nessa linha, assumindo aliás apenas que o voluntariado se define como uma actividade que produz bens e serviços a um preço mais baixo que o do mercado.

Conceitos como os de solidariedade, activismo e altruísmo têm recorrentemente sido associados ao de voluntarismo, ainda que seja necessário sublinhar não existir entre eles uma homologia necessária.

Associar geneticamente solidariedade a voluntariado enquadrar-se-ia numa definição de voluntariado que privilegiaria a importância constitutiva dos fins, mas resumiria o serviço assim prestado ao que se enquadrasse em instituições de acção social. Voluntariado orientado para a preservação do património ou para a intervenção ecológica deixaria de ter aí lugar.

Associar geneticamente activismo e voluntariado seria igualmente inadequado, uma vez que o activismo se orienta predominantemente para acelerar a mudança social, enquanto que o voluntariado procura antes trabalhar no sentido de uma progressiva melhoria das condições de vida individuais e colectivas. Uma ênfase revolucionária face a uma perspectiva reformista concretizariam o núcleo central do contraste entre os dois conceitos.

Por fim, o voluntariado não seria necessariamente determinado por motivações altruísticas, uma vez que é geralmente assumido que recompensas diversas são colhidas pelos voluntários na sequência do seu serviço e existiria base para identificar motivações instrumentais paralelamente às primeiras. Nesta sequência o altruísmo como característica central da operacionalização de motivos ligados à decisão de aceitar e manter uma linha de acção voluntária seria um objecto de inquirição empírica em vez de um item definitório.

Associado à questão altruística, duas linhas de análise podem ser discernidas no âmbito da explicação sociológica do voluntarismo. Uma primeira de índole subjectivista por excelência, é dominada pela procura de motivos que determinem o voluntariado. Outra, de enfoque comportamentalista defende que os voluntários são em última instância agentes racionais que escolhem as suas vias de acção através de um processo economicista de comparação entre os benefícios e os custos potencialmente decorrentes da sua decisão.

No que toca à primeira linha de análise, muita tinta se fez correr reportando a construção de tipologias de motivos, necessidades ou impulsos que inspirariam e potenciariam o voluntariado baseados particularmente nos relatos de voluntários. Esta linha de investigação foi contudo, recentemente bastante criticada uma vez que inferir motivos a partir da utilização do que os voluntários pensam sobre o seu trabalho voluntário não distinguiria até que ponto os motivos reportados seriam motivos reais ou construções racionalizantes de que os inquiridos se serviriam para explicar a si próprios e aos outros o seu comportamento (Wilson *et al.*, 1997).

Por outro lado, um estudo comportamental centrado exclusivamente na determinação de motivos apresenta-se sempre como problemático, uma vez que o mesmo motivo pode determinar uma miríade de comportamentos e um comportamento pode ser potenciado para pessoas diversas por motivações também elas diversificadas. Adicionalmente, o conceito de voluntariado inclui uma grande diversidade de situações, cada uma delas particular e até por vezes incompatível em alguns aspectos com outras, às quais a adesão pode ser inspirada em motivos diferentes.

No âmbito da linha de inquirição subjectivista algumas evidências relevantes foram no entanto reunidas. Uma liga-se à conclusão de que os adolescentes cujos pais desenvolveram trabalho voluntário têm maior propensão a vir eles próprios a desenvolvê-lo uma vez que lhes teria sido passada uma imagem positiva do voluntariado. Outra aponta para, ao contrário do que o senso comum poderia sugerir, uma influência muito reduzida dos valores religiosos no sentido de aumentar as probabilidades de um indivíduo assumir um serviço voluntário embora influencie na forma como os indivíduos o encaram: católicos, por exemplo tendem a vê-lo como sacrifício a favor dos outros e protestantes como oportunidade de auto-promoção.

Uma evidência adicional adianta ainda que, para além da família são as escolas o veículo mais influente na formação da avaliação que o jovem faz da acção voluntária. Os jovens que assumissem actividades voluntárias durante a sua formação secundária desenvolveriam atitudes pro-sociais por excelência e aumentariam a probabilidade de se vir a voluntariar novamente no futuro, embora a interiorização de um conceito de cidadania que relevasse as responsabilidades sociais decorrentes potenciase sempre, independentemente de actividade voluntária anterior, a aptência para o voluntariado (Wilson, 2000).

As teorias de base comportamentalista, por seu turno defendem que a decisão de aceitar um trabalho voluntário deriva no seu núcleo central, como se disse, de um balanço individual entre custos e benefícios. A associação entre voluntariado e diferenciação de estatuto social assumia-se aqui como teorica e empiricamente útil, uma vez que se acreditava que realizar boas obras constituía uma das características individuais associadas a uma posição social atractiva em termos de estatuto, que asseguraria para o sujeito em causa prestígio e respeito comunitário. Do ponto de vista do que se chamou as teorias da escolha racional, atributos individuais, como nível educacional, deixariam de ser vistos como componentes importantes na definição da variação individual dos voluntários que potencialmente se revelaria útil na explicação das suas diferenças comportamentais, mas antes, comporiam o agregado de *inputs* com que o indivíduo se apresentaria ao trabalho voluntário e que aumentaria as suas possibilidades de sucesso na actividade. Em suma, o facto de por princípio não existirem recompensas pecuniárias associadas ao voluntariado não entraria a consolidação de uma perspectiva que o vê como uma actividade económica que, embora com particularidades que não devem ser ofuscadas, não se distingue no essencial no modo de prossecução, de qualquer outra actividade económica.

Wilson *et al.* (1997) procuram avançar uma teoria integrada do voluntariado trabalhando num enquadramento que muito fica a dever à teoria da escolha racional. Partem das conclusões de Smith (1981) assumindo que a definição de voluntariado que afirma simplesmente que os voluntários são indivíduos que dão o seu tempo gratuitamente ao serviço de outros, não nega nem que hajam benefícios decorrentes para o dador, nem que o altruísmo possa ser útil no estudo de motivos propiciadores do voluntariado. No entanto, nem a necessidade de circunstanciar ganhos, nem de determinar motivos, seria fundamental para definir a actividade pois, como afirma Smith (1981): “A essência do voluntariado *não* é o altruísmo mas antes o contributo de

serviços, bens ou dinheiro, no sentido de ajudar a alcançar um fim directo sem coerção substancial nem remuneração directa”.

A teoria sociológica elaborada por Wilson *et al.* assenta em três premissas teóricas, que tomadas no seu conjunto e interacção, esclarecem bem o global das posições dos autores.

Uma primeira premissa assume que o trabalho voluntário constitui-se numa actividade produtiva. Para os autores, o voluntariado assumir-se-ia como uma forma de trabalho como outra qualquer (paga ou não paga) em vez de um simples acto de consumo ou ocupação de tempos livres de intuito exclusivamente expressivo. Um mercado para o trabalho voluntário existiria em paralelo a um mercado para o trabalho pago, sendo que em ambos a admissão e o sucesso dependiam do nível de qualificações do candidato.

Uma segunda premissa da teoria assume que, embora a nível variável, o trabalho voluntário envolve uma acção colectiva o que, menos verdade para a ajuda informal, caracteriza a prestação sistemática do serviço voluntário, seja porque essa actividade se integra numa organização, seja porque o trabalho é efectuado em grupos, seja ainda porque em última instância são fins comunitários os que se prosseguem. Adicionalmente, a decisão de um indivíduo se dar como voluntário e a eficácia da sua acção dependem, em última instância, tanto das suas avaliações e escolhas comportamentais, como das avaliações e comportamentos dos outros (entendidos como a generalidade da comunidade), uma vez que, em geral, a prossecução da tarefa do voluntário exige a colaboração tanto como acção, como de abstenção da acção dos grupos envolvidos, sejam beneficiários de um serviço ou receptores de uma mensagem.

A terceira premissa vai no sentido de afirmar que a relação do voluntariado com os receptores do serviço se constitui numa relação ética mobilizada e regulada, em última instância, por incentivos morais. Quando questionadas sobre o porquê da sua decisão de desenvolver trabalho voluntário, a resposta é geralmente colocada em termos éticos: “Sinto que é importante ajudar os outros” ou “Posso assim trabalhar numa causa o que é importante na minha vida”. E apesar de, como vimos, estas poderem ser apenas decorrências de estratégias racionalizantes, estes discursos constituem-se num material útil, nomeadamente para aferir acerca das crenças ligadas à importância ética, individual e societal do trabalho voluntário assumidas pelos que a ele aderem.

Em vez de invocar valores éticos no sentido de explicar o comportamento numa base *ad hoc*, os autores conceptualizam os próprios valores como recursos utilizáveis ou capital. O conceito de capital é aliás aqui fulcral designando um recurso ou factor que facilita a produção mas não é objecto de consumo ou de uso alternativo.

Este conceito deveria aliás, para os autores ser perspectivado a três níveis: a um nível individual no qual estaria ligado às competências e recursos materiais relevantes para o trabalho de que o sujeito pode dispor na sua entrada a serviço; um nível relacional, onde se entenderia ser capital qualquer aspecto da organização social que se constituísse em recurso produtivo; e um nível cultural no qual o nosso conceito designaria o conjunto de atitudes, preferências e conhecimento da generalidade da comunidade em foco.

Indo beber à noção de capital cultural desenvolvida e popularizada por Pierre Bourdieu, os autores não deixam contudo de recusar o que consideram ser o seu enfoque a-estético no tratamento do conceito de cultura que julgam decorrer de uma excessiva ênfase em aspectos cognitivos.

Para Wilson *et al.* a posse de capital cultural facilita a aquisição e consumo de bens simbólicos ou seja, de valores expressivos. Ora, como o voluntariado é aqui tratado como um tipo de trabalho mas igualmente como um tipo de consumo uma vez

que envolve a produção de bens e serviços mas também decorrências simbólicas positivamente valoradas para o sujeito, o voluntariado seria uma forma de beneficiar do consumo de bens simbólicos, bens esses consumidos em tão maior monta quanto o capital individual investido seja considerável e por aí o potencial de sucesso da actividade aumente.

A ideia acima referida comum a diversos estudos que avança uma ligação estreita entre o assumir de tarefas voluntárias e o desejo de diferenciação e promoção de estatuto social é pois retomada. Questionam os autores na linha de contributos anteriores: “Se apreciar um bom vinho é considerado marca de um estatuto social de elite, porque é que ser um bom cidadão por via da participação em trabalho voluntária não o é?”. Para alguns autores fazer trabalho voluntário seria mesmo “dramatizar o facto de se ser uma pessoa boa e decente” (Wuthnow, 1991) e seriam as consequências psicossociais simbólicas benéficas daí decorrentes o verdadeiro motor da escolha de desenvolver trabalho voluntário.

A teoria de Wilson *et al.* não é pacífica e terá poucas hipóteses de ser aceite pelos investigadores mais humanistas que não abdicam do enfoque altruísta e de em última instância querer reabilitar o Homem de uma caracterização egoísta e calculista de cunho hobbesiano.

O seu mais interessante contributo abre contudo caminho para posteriores elaborações na explicação de uma das evidências estatísticas mais bem documentadas no âmbito do estudo do perfil do voluntário: a correlação positiva forte entre a propensão ao voluntariado e níveis qualificacionais elevados. A partir da tese de Wilson ficaria porém por saber-se se esse facto decorreria da acção dos mecanismos selectivos do mercado ou se decorreria de posturas, crenças e comportamentos particulares associados às classes mais favorecidas.

No respeitante à análise do perfil do voluntário, nomeadamente ao estudo das principais evidências recolhidas no estudo sociobiográfico dos voluntários face à população em geral por inquéritos transnacionais, Wilson (2000) apresenta-nos uma boa súpula que genericamente seguiremos.

O nível de educação, como já se aludiu, constitui o preditor mais consistente da propensão ao voluntarismo, relação que, fora do enquadramento comportamentalista tem sido explicada pelo aumento de consciência para os problemas sociais, aumento da capacidade empática e consolidação da auto-confiança que a instrução avançada traz. Ao nível do voluntariado adulto foi ainda notado que os indivíduos mais qualificados pertencem geralmente a mais organizações e possuem uma rede de contactos pessoais ligados ao trabalho mais extensa, pelo que com maior probabilidade seriam convidados para funções caracterizadas pelo voluntarismo.

A variável educação pode ainda ser estudada na perspectiva das áreas de serviço mais apelativas para os indivíduos consoante as suas variações. Neste sentido evidências empíricas foram reunidas no sentido de se poder afirmar que um nível educacional elevado se correlaciona positivamente com o voluntariado de índole política e ao voluntariado relacionado com a SIDA mas não com o trabalho informal em prol da comunidade. Concomitantemente conclui-se que se a tarefa em causa exigir competências literárias em vez de sociais elas serão mais atractivas por razões óbvias, para voluntários de nível educacional alto (Wilson, 2000).

No que toca à dedicação do voluntário a uma actividade remunerada principal supôs-se durante muito tempo que o facto de recorrentemente mais mulheres se voluntariarem do que homens estaria ligado à circunstância de estas estarem menos presentes na população activa e por isso, deduzia-se, com mais tempo entre mãos.

Assumiu-se nessa decorrência que à medida que o nível de implicação numa actividade remunerada crescesse, menores seriam as hipóteses de voluntarismo. Uma teoria concorrente, contudo, afirmou-se como empiricamente mais fiável ainda que não tenha conseguido desacreditar totalmente a anterior. Segundo ela, o trabalho ao constituir uma forma central de integração social permitiria consolidar competências cívicas e relacionais aumentando portanto a propensão ao voluntariado.

A teoria da sobrecarga de papéis foi desafiada apesar de evidência estatística apontar que trabalhadores a tempo parcial se dão como voluntários mais que os trabalhadores a tempo total por duas circunstâncias fundamentais. A primeira liga-se ao facto de as taxas de voluntariado mais baixas se encontrarem entre os inactivos nomeadamente desempregados e domésticas. Isto poderia levar-nos a concluir por uma fusão entre as duas explicações conflituantes dizendo que entre os que trabalham as limitações horárias reduziriam o voluntariado enquanto que entre os que não trabalham e por via da sua menor participação na vida comunitária, o voluntariado decresceria sem relação com o factor disponibilidade temporal (vide com interesse a este respeito Miller *et al*, 1990).

Contudo, uma outra circunstância perturbadora da teoria da sobrecarga de papéis baseia-se na evidência de que entre trabalhadores a tempo total existe uma ligeira curva ascendente na propensão ao voluntariado à medida que as horas de trabalho aumentam. Esta conclusão, surpreendente à partida foi explicada ainda que de forma altamente inconclusiva pela possibilidade de o número de horas de trabalho ser indicador não apenas da dimensão de tempo livre mas também da importância da tarefa, e, como se analisou, dá-se como provado que indivíduos com empregos de maior prestígio tendem a aderir mais ao voluntarismo (Wilson, 2000).

O tipo de trabalho desenvolvido deve contar-se ainda no âmbito das variáveis com interesse no estudo da relação trabalho-voluntariado ainda que, recordando-se o que se disse sobre nível educacional, pouco haja a acrescentar. Nessa decorrência, de facto, são os ocupantes de cargos profissionais e gestionários os que mais se voluntariam.

Com respeito ao nível de rendimentos, assumiu-se geralmente a partir das premissas das abordagens da escolha racional que as horas ocupadas com trabalho voluntário se apresentariam como inversamente correlacionadas aos salários já que os custos de oportunidade aumentariam. As evidências são contudo contraditórias.

No que respeita a indicadores ligados aos recursos sociais de que se dispõe, existem provas fortes que apoiam a afirmação de que redes sociais de apoio extensas, pertença a muitas organizações bem como experiência voluntária anterior aumentam a probabilidade do voluntariado. Esse facto decorre aliás desde logo das evidências em torno da ideia de que seriam os convites face-a-face e não os apelos institucionais feitos junto dos meios de comunicação social os responsáveis pela atracção de um maior número de voluntários.

A análise de recursos sociais pode contribuir para explicar o porquê de os indivíduos com maior estatuto socioeconómico possuírem uma maior propensão à acção voluntária: como se associam a mais organizações mais facilmente participarão activamente nelas ou em outras relacionadas. Adicionalmente, esta análise é útil a explicar porque é que os extrovertidos serão os que mais se voluntariam algo que, na linha da teoria psicológica não deveria ser relacionado a condicionantes particulares desse grupo mas antes ao facto de, ao estabelecerem mais relações e com um número mais lato de pessoas e organizações, esses indivíduos aumentarem as probabilidades de contactar com oportunidades de desenvolvimento de trabalho voluntário. Explicações da

mesma índole são aliás extensíveis a pessoas casadas e indivíduos religiosamente activos uma vez que essas são duas vias paralelas de integração social.

O estudo da posse de recursos de índole social como variável interessante no estudo da propensão ao voluntariado apenas recentemente foi intentado de forma organizada e sistemática. As conclusões menos problemáticas assumem que os laços sociais geram confiança e que a mesma facilita a decisão de realizar trabalho voluntário. Essas relações permitem igualmente limitar o problema do “free riding” uma vez que colocam a decisão de não colaboração na perspectiva da necessária justificação cara-a-cara. As redes sociais permitem ainda que se aceda a um maior volume de informação relevante acerca do voluntariado diminuindo a incerteza e aumentando as possibilidades de sucesso no desempenho do papel futuro (Wilson, 2000).

A nível sociodemográfico duas variáveis foram especialmente investigadas na relação que estabelecem com a propensão ao voluntariado: a idade e o género.

No que toca à idade tem-se verificado que a taxa de voluntariado tem decrescido durante a passagem da adolescência para a condição de adulto jovem embora se verifique um recuero substancial entre indivíduos de meia idade.

O voluntariado realizado por idosos tem sido especialmente estudado na medida em que se integra recorrentemente em estratégias de ocupação de tempos livres e melhoria da qualidade de vida desta população demográfica e socialmente crescente.

As teorias da escolha racional prevêem um aumento do voluntariado nessa fase da vida uma vez que a avaliação de custos-ganhos se reequaciona e essa actividade permite contrapartidas consideráveis em termos da compensação de benefícios psicossociais em falta antes derivados da realização do trabalho remunerado.

As teorias que aqui encontram mais apoio são contudo as teorias dos recursos sociais que prevêem uma diminuição do envolvimento voluntário quando os indivíduos se afastam da força de trabalho e das redes de relações a ele correlacionadas.

No respeitante às áreas de serviço privilegiadas, à medida que se caminha da juventude para a meia idade, uma mudança dá-se da escolha de linhas de acção potencialmente interessantes para o desenvolvimento pessoal e profissional do voluntário para actividades orientadas para a comunidade. A subsequente transição da idade adulta para a terceira idade o afastamento do serviço proporcionado a jovens, minorias étnicas e da acção política é compensada pelo empenhamento na área cultural, recreativa e no serviço aos idosos.

Até certo ponto esta evolução é perfeitamente compatível com a teoria da escolha racional. No entanto, a mudança de valores que decorre ao longo do ciclo de vida pode também oferecer uma explicação plausível.

O género determina a decisão de realizar trabalho voluntário de uma forma complexa. Desde logo, os padrões nacionais variam consideravelmente. Se nos Estados Unidos existe uma percentagem ligeiramente superior de mulheres voluntárias, na Europa alguns países apresentam este padrão, outros o padrão inverso, algo que se apresenta como dificilmente explicável.

As variações são consideráveis se tomarmos ainda em conta o estágio do ciclo de vida; se entre os jovens as mulheres tendem a envolver-se mais que os homens em trabalho voluntário, nas idades mais avançadas o padrão tende a inverter-se.

As teorias do capital humano e de índole subjectivista avançam uma explicação útil ligada às diferenças entre homens e mulheres em termos de escalas de valores e às decorrências motivacionais e comportamentais dessa disparidade. De acordo com estudos diversos, as mulheres teriam um desempenho superior em medidas de altruísmo e empatia e dariam mais valor à solidariedade e ao dever de auxiliar os outros. Concomitantemente, muitas mulheres encarariam as suas funções voluntárias como

extensão do seu papel de esposas e mães. Seria o facto de as mulheres possuírem menor capital cultural que justificaria o facto de por vezes não serem superiores aos homens nas taxas de voluntariado (Wilson, 2000).

Cidadania, Voluntariado e Juventude?

A ideia de cidadania tão antiga como as raízes mais profundas da nossa civilização assume-se hoje com um interesse renovado à medida que as fronteiras perdem significado mais que político, social. A ideia de uma cidadania global ou de uma cidadania ecológica ou cultural unificam-se uma vez que a ecologia bem como a culturalidade cada vez mais devem ser equacionadas a uma escala transnacional.

O enfraquecimento dos sentidos de pertença nacionais determinados pela concorrência de identidades internacionais bem como, com crescente importância, das identificações locais, equacionados juntamente com a crise das ideologias que determina a inexistência pronunciada de ideias sociais de elevado potencial motivador da iniciativa individual e grupal, tem conduzido a que se tenha avançado com apelos ao salvamento da democracia em perigo.

O que falta, diz-se, é educar para a civilidade e para o civismo, em particular as novas gerações que recorrentemente foram identificadas pela posse de uma cultura consumista que determinava a valorização do prazer hedonístico acima do dever social e o alargamento do desequilíbrios entre direitos e deveres cívicos.

As imagens negativas e as caricaturas generalizadas da presente geração jovem não são contudo suportadas pela investigação sociológica empírica, logrando apenas desfocar a atenção das potencialidades e riquezas da juventude. Aliás, para além de acrítica e a-científica, a visão caricatural dos jovens contemporâneos é sobretudo descontextualizada pois exige a interiorização de padrões de acção transpostos das gerações anteriores sem que se sublinhe adequadamente que 1) não é verdade que as acusações sejam verdadeiras uma vez que se generalizam perfis abominados a toda a geração sem apoio empírico; e 2) condições sociais diversas geram culturas e sistemas de valores diversos não necessariamente melhores ou piores mas mais adaptados a uma sociedade que evoluiu. É aliás o ganhar do desafio de, a actual juventude encontrar o seu espaço na sociedade e estabilizar uma identidade, aquilo que mais permite louvar-lhe as qualidades uma vez que, de um modo novo se atravessa um período de transição estrutural da sociedade que torna fugidios e pouco claros os pontos de ancoramento social e cultural.

Mais que uma juventude egoísta, hedonista, individualista, inadaptada e revoltada os estudos destinados a estabelecer o padrão do jovem médio euro-americano têm apontado para jovens abertos ao idealismo e ao altruísmo quando para tal formados e quando as vias de acção lhe são abertas; religiosa e moralmente integrados; fazendo depender a sua identidade de pertenças regionais, nacionais e (cada vez mais) internacionais estabilizadas e pacificadas; bem integrados nas suas comunidades, estabelecendo relações satisfatórias e de respeito com os membros da sua família, nomeadamente progenitores e profundamente empenhados nas suas actividades escolares (Yates e Youniss, 1999).

É de perfis cientificamente validados que as análises devem partir. Se dúvidas a seu respeito houver os protocolos da ciência são públicos e a ciência por definição inacabada. Caricaturas baseadas no senso comum devem ser categoricamente recusadas sob pena de erros conceptuais e políticos fundamentais.

Independentemente de a democracia estar ou não em perigo sob a gestão desta nova geração, a democracia constitui-se mais que numa forma de organização política, igualmente numa estratégia de organização social que se quer transversal aos vários

elementos da sociedade que, ao ser culturalmente determinada não se mantém ou estabelece naturalmente na nova geração. A educação para a democracia no seu sentido mais lato adaptada às contingências que em determinado momento do tempo determinam a vitalidade ou as particularidades dessa mesma democracia deve pois ser prosseguida sistemática e racionalmente.

Educar para a cidadania actualmente não pode ser educar para a democracia de ontem mas para a acção cívica que decorra dos enquadramentos actuais. A cidadania não é fundamentalmente um fim mas um processo e devem ser pois práticas o objecto fundamental da transmissão.

Se para dar cabal resposta à reorganização social, económica e geopolítica em curso, a cidadania se reorientou para perfis novos são esses os perfis que asseguram uma eficaz e útil acção cívica. É para a ecologia (aliás o elemento que tem sido apontado como possuindo a maior probabilidade de ser chave na resolução do impasse ideológico actual), cultura, pluralidade e internacionalidade que se deve apontar para dar aos jovens os instrumentos para que por aí estruturam as suas identidades e às sociedades os resultados positivos dessa estruturação.

O voluntarismo é aqui central. Apontado como a chave da renovada educação cidadã tanto porque se identifica com os seus novos objectivos como porque permite concomitantemente dar resposta às necessidades de mão-de-obra de um sector em expansão em muito pelo novo clima social mas igualmente pelo incentivo estatal que dele quer fazer um parceiro que concretize a alternativa aos pesados Estados Providência do passado próximo e em muitos casos do presente .

O voluntarismo possui em nosso entender uma potencial utilidade social que deve ser perspectivada em três frentes fundamentais todas ligadas às questões do civismo onde julgamos particularmente útil, para os nossos intentos, centrar a discussão.

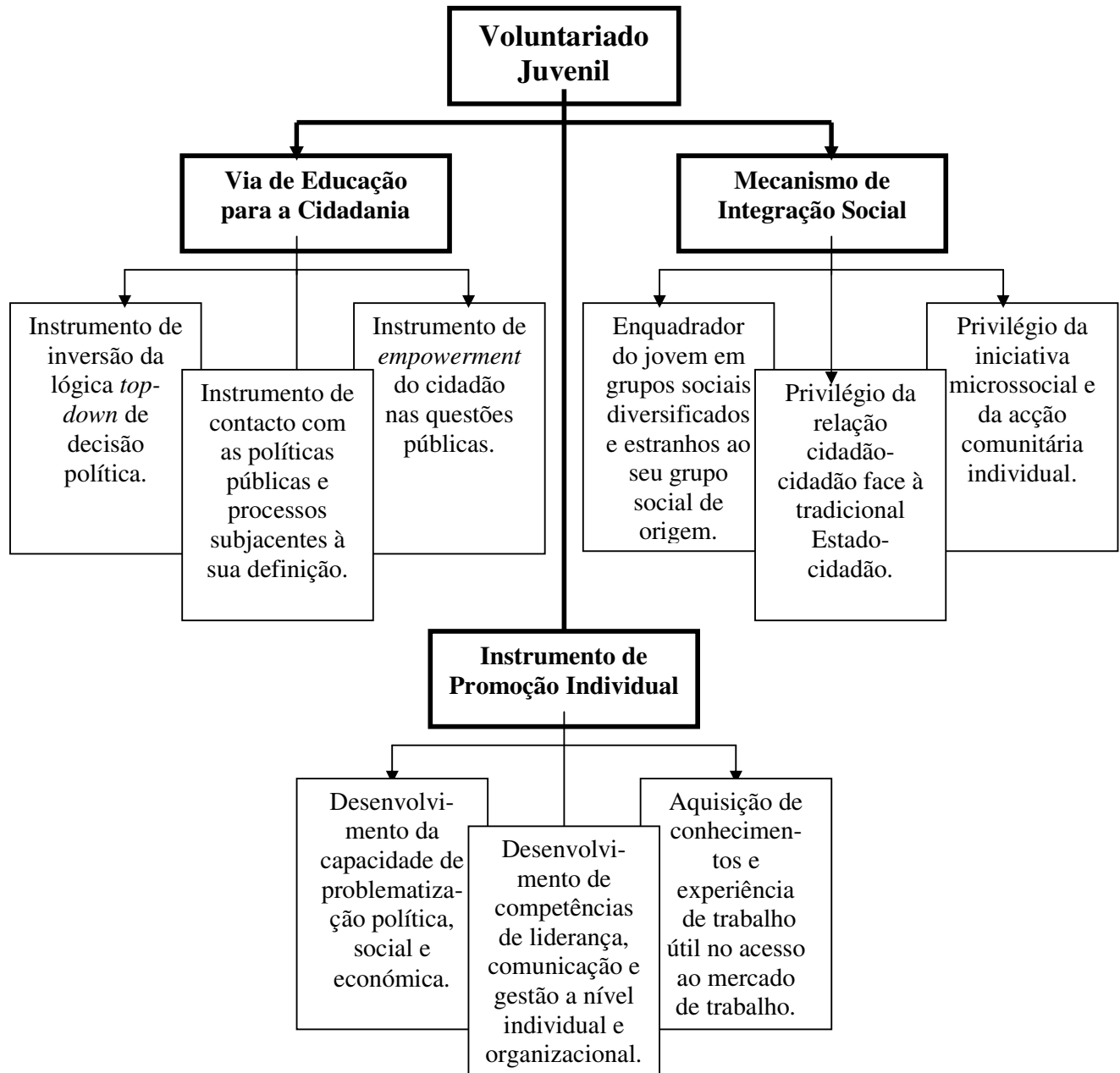
Em primeiro lugar, o voluntariado possui face a outras formas de educação para o civismo a possibilidade de progressivamente substituir a tradicional orientação paternalista e vertical reforçada pelo Estado do bem estar em que o cidadão olha quase exclusivamente para o topo para reivindicar, solicitar ou beneficiar, pela perspectiva horizontal que coloca crescentemente importância na ligação cidadão-cidadão e não apenas na Estado-cidadão ou cidadão-Estado. Se a perspectiva vertical contribuiria para desenraizar em última instância o indivíduo da sua comunidade mais ou menos alargada e conseqüentemente para o diluir do seu sentido de responsabilidade face à mesma, a horizontal contribuiria para a sua implicação, o que nos conduz à segunda virtualidade do conceito: o voluntariado permite consolidar o aumento progressivo da responsabilização sociopolítica do cidadão e para o seu “empowerment” isto é, o seu envolvimento progressivo nos processos de tomada de decisão sociopolítica num objectivo de em última instância repor a ideia originária de democracia na sua prática contemporânea: governo do povo, para o povo, pelo povo ou melhor do cidadão, para o cidadão e pelo cidadão.

“Empowerment” é distribuir ou fortalecer poder e o poder não pode ser eficazmente utilizado sem formação para o seu exercício. É aqui útil recordar o que se disse sobre o exercício da cidadania depender da posse de competências determinadas o que justificaria o sistematizar de requisitos de acesso e do estabelecimento de processos de “gatekeeping”. Desenvolver essas virtudes implica um processo formativo que mais que teórico deve ser prático uma vez que o intuito é ensinar a agir e a intervir. O voluntariado é talvez a via mais adequada hoje, junto da juventude, de prosseguir tais objectivos por tudo o que foi já exposto. Isto conduz-nos à última frente que em nosso entender deve ser equacionada para compreender a potencial utilidade social do voluntariado: o voluntariado mais que poder ser é sempre um instrumento

Cidadania, Democracia, Juventude e Voluntariado numa abordagem Sociológica.

educativo/formativo trabalhando nomeadamente ao nível da socialização informal ou não intencional. Pode ensinar processos, técnicas, procedimentos directamente ligados ao objectivo directo da actividade, algo visível e facilmente parametrizável e até mensurável. De uma forma menos aparente ensina no entanto mais que isso. Amplia os horizontes sociais colocando o jovem em contacto com grupos com os quais normalmente (dada a sua posição social herdada e/ou adquirida) não contactaria, desenvolve a capacidade de problematização de questões políticas, sociais e económicas, permite solidificar competências ao nível da capacidade de liderança e de interacção, facilita a aquisição de competências organizativas e de auto-gestão.

Em síntese a tese que aqui desenvolvemos pode esquematizar-se da forma seguinte:



Apesar do que foi dito é inadequado ver, como há tendência a ser muitas vezes feito, o voluntariado como “a solução”. Não existem situações decontextualizadamente ideais em ciência ou num pragmatismo reflectido. Existem situações melhores para contingências determinadas e é esse o prisma que a análise científica e a prática social devem adoptar. A nossa sistematização e o presente estudo quer ser um contributo para análises firmadas nessa perspectiva.

Bibliografia

Aristóteles; *Política*; Vega; Lisboa; 1998

Barry, Norman; *Citizenship and Rights in Thatcher's Britain: Two Views*; IEA Health and Welfare Unit; London; 1990

Benhabib, Seyla; "Citizens, Residents, and Aliens in a Changing World: Political Membership in the Global Era" in *Social Research*; Fall' 1999; 66 (3); pp. 709-744

Billis, David; Harris, Margaret (eds.); *Voluntary Agencies: Challenges of Organization & Management*; MacMillan; London; 1996

Black, Algernon David; *The Young Citizens: the story of the encampment for citizenship*; Frederick Ungar; New York; 1962

Branson, Richard (ed.); *Worldwide Volunteering for Young People*; How to Books; Oxford; 2001 (1st ed.: 1996)

Brotchie, Jane; "Voluntary Sector: mixed blessings" in *New Statesman & Society*; 4 Aug' 1989; p. 24

Brudney, J.; *Fostering Volunteer Programs in the Public Sector*; Jossey-Bass; San Francisco; 1990

Câmara, João Bettencourt da (coord.); *Portugal face à III Revolução Industrial: Seminário dos 80*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1986

Câmara, João Bettencourt da; "Telecomunicações e Desenvolvimento Humano"; Conferência de Abertura do Dia Mundial das Telecomunicações; Lisboa; 1993

Cameron, Andrew A. F.; "In Search of the Voluntary Sector: A Review Article" in *Journal of Social Policy*; 1988; n°26; pp. 79-88

Cohen, Nathan Edward; *The Citizen Volunteer: his responsibility, role, and opportunity in modern society*; Harper & Brothers; New York; 1960

Crick, Bernard; *Essays on Citizenship*; Continuum; London; 2000

Dahrendorf, Ralf; "The Changing Quality of Citizenship" in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 10-19

Cidadania, Democracia, Juventude e Voluntariado numa abordagem Sociológica.

Dean, Hartley; Melrose, Margaret; *Poverty, Riches and Social Citizenship*; MacMillan; Basingstoke; 1999

Dietz, Mary G.; “Merely Combating the Phrases of This World: Recent Democratic Theory” in *Political Theory*; Feb’ 1998; 26 (1); pp. 112-139

Douglas, James; “Political Theories of Nonprofit Organization” in Powell, Walter W.; *The Nonprofit Sector: a Research Handbook*; Yale University Press; New Haven; 1987; pp. 43-54

Fajardo, José Carlos García; *Manual del Voluntario: Solidarios para el Desarrollo*; Solidarios; Madrid; 2001 (3ª ed.)

Falk, Richard; “The Making of Global Citizenship” in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 127-140

Fraser, Nancy; Gordon, Linda; “Civil Citizenship Against Social Citizenship? On the Ideology of Contract-Versus-Charity” in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 90-107

Freedman, Marc; *The Kindness of Strangers: Adult Mentors, Urban Youth, and the New Voluntarism*; Cambridge University Press; Cambridge; 1999 (1st ed.: 1993)

Friedman, Marilyn; “Educating for World Citizenship” in *Ethics*; Jan’ 2000; pp. 586-601

Fukuyama, Francis; *O Fim da História e o Último Homem*; Gradiva; Lisboa; 1999 (1ª ed: 1992)

Glenn, Evelyn; “Citizenship and Inequality: Historical and Global Perspectives” in *Social Problems*; 47 (1); pp. 1-20

Gunsteren, Herman van; “Four Conceptions of Citizenship” in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 36-48

Habermas, Jürgen; “Citizenship and National Identity” in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 20-35

Habermas, Jürgen; “Citizenship and National Identity: Some Reflections on the Future of Europe” in *Praxis International*; 12; 1992; pp. 1-19

Hall, Peter Dobkin; “A Historical Overview of the Private Nonprofit Sector” in Powell, Walter W.; *The Nonprofit Sector: a Research Handbook*; Yale University Press; New Haven; 1987; pp. 3-26

Cidadania, Democracia, Juventude e Voluntariado numa abordagem Sociológica.

Hansmann, Henry; “Economic Theories of Nonprofit Organization” in Powell, Walter W.; *The Nonprofit Sector: a Research Handbook*; Yale University Press; New Haven; 1987; pp. 27-42

Holston, James (ed.); *Cities and Citizenship*; Duke University Press; Durham; 1999

Hudson, Pete; “The Voluntary Sector, the State, and Citizenship in the United Kingdom” in *Social Service Review*; Dec’ 1988; pp. 452-465

Janowitz, Morris; *On Social Organization and Social Control*; The University of Chicago Press; Chicago; 1991

Kelly, Duncan; “Multicultural Citizenship: The Limitations of Liberal Democracy” in *The Political Quarterly*; Jan’ 2000; pp. 31-41

Kramer, Ralph M.; “Voluntary Agencies and the Personal Social Services” in Powell, Walter W.; *The Nonprofit Sector: a Research Handbook*; Yale University Press; New Haven; 1987; pp. 240-257

Kymlicka, Will; Norman, Wayne; “Return of the Citizen: A Survey of Recent Work on Citizenship Theory” in *Ethics*; Jan’ 1994; pp. 352-381

Leat, Diana; “Are Voluntary Organisations Accountable?” in Billis, David; Harris, Margaret (eds.); *Voluntary Agencies: Challenges of Organization & Management*; MacMillan; London; 1996; pp. 61-79

Lickona, Thomas; “Foreword” in Mosher, Ralph; Kenny Jr., Robert A.; Garrod, Andrew; *Preparing for Citizenship: Teaching Youth to Live Democratically*; Praeger; Westport; 1994; pp. xi-xv

Markwood, Sandra Reinsel; “Volunteers in Local Government: Partners in Service” in *Public Management*; Apr’ 1994; pp. 6-9

Marshall, Thomas H.; *Citizenship and Social Class*; Cambridge University Press; Cambridge; 1950 (1st ed: 1949)

Marshall, Tony F.; “Can We Define the Voluntary Sector?” in Billis, David; Harris, Margaret (eds.); *Voluntary Agencies: Challenges of Organization & Management*; MacMillan; Lndon; 1996; pp. 45-60

McPherson, J. Miller; Rotolo, Thomas; “Measuring the Composition of Voluntary Groups: A Multitrait-Multimethod Analysis” in *Social Forces*; Mar’ 1995; 73 (3); pp. 1097-1115

Mergenhausen, Paula; “A New Breed of Volunteer” in *American Demographics*; Jun’ 1991; pp. 54-55

Miller, Lynn E. ; Powell, Gary N.; Seltzer, Joseph; “Determinants of Turnover Among Volunteers” in *Human Relations*; 43 (9); 1990; pp. 901-917

Mosher, Ralph; Kenny Jr., Robert A.; Garrod, Andrew; *Preparing for Citizenship: Teaching Youth to Live Democratically*; Praeger; Westport; 1994

Murnighan, J. Keith; Kim, Jae Wook; Metzger, A. Richard; "The Volunteer Dilemma" in *Administrative Science Quarterly*; n°38; 1993; pp. 515-538

Nussbaum, Martha C.; *Cultivating Humanity: A Classical Defence of Reform in Liberal Education*; Harvard University Press; Cambridge; 1997

Nussbaum, Martha C.; *For Love of Country: Debating the Limits of Patriotism*; Beacon; Boston; 1996

Olson, Mancur; *The Logic of Collective Action*; Harvard University Press; Cambridge; 1971

Osborne, Stephen P.; *Voluntary Organizations and Innovation in Public Services*; Routledge; London; 1998

Peters, Scott J.; "A New Citizenship in the Making?" in *Social Policy*; Fall' 1993; pp. 45-50

Popper, Karl R.; *The Open Society and its Enemies*; Routledge & Kegan Paul; London; 1952

Powell, Walter W.; *The Nonprofit Sector: a Research Handbook*; Yale University Press; New Haven; 1987

Raadschelders, Jos C. N.; "Rediscovering Citizenship: Historical and Contemporary Reflections" in *Public Administration*; Winter' 1995; 73; pp. 611-625

Rawls, John; *A Theory of Justice*; Oxford University Press; London; 1971

Rees, A. M.; "The Other T. H. Marshall" in *Journal of Social Policy*; 24 (3); pp. 341-362

Rimmerman, Craig A.; "Democracy and Critical Education for Citizenship" in *PS, Political Science & Politics*; Sep' 1991; pp. 495-498

Rimmerman, Craig; *The New Citizenship: Unconventional Politics, Activism, and Service*; Westview Press; Boulder, CO; 1997

Rudney, Gabriel; "The Scope and Dimensions of Nonprofit Activity" in Powell, Walter W.; *The Nonprofit Sector: a Research Handbook*; Yale University Press; New Haven; 1987; pp. 55-64

Sills, David L.; "Voluntary Associations: sociological aspects" in *idem* (ed.); *International Encyclopedia of Social Sciences*; Free Press; New York; vol. 15, 16, 17; pp. 362-379

Smith, David Horton; "Altruism, Volunteers and Volunteering" in *Journal of Voluntary Action Research*; 1981; 10; pp. 21-36

Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994

Steenbergen, Bart van; "Toward a Global Ecologic Citizenship" in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 141-152

Tang, Thomas Li-Ping; Weatherford, Emily James; "Perception of Enhancing Self-Worth Through Service: The Development of a Service Ethic Scale" in *The Journal of Social Psychology*; 1998; 138 (6); pp. 734-743

Turner, Bryan S.; "Outline of a Theory of Citizenship" in *Sociology*; May' 1990; 24 (2); pp. 189-217

Turner, Bryan S.; "Postmodern Culture/Modern Citizens" in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 153-168

Wilson, John; Janoski, Thomas; "The Contribution of Religion to Volunteer Work" in *Sociology of Religion*; 1995; 56 (2); pp. 137-152

Wilson, John; Musick, Marc; "Who Cares? Toward an Integrated Theory of Volunteer Work" in *American Sociological Review*; Oct' 1997; pp. 694-713

Wilson, John; "Volunteering" in *Annual Review of Sociology*; 2000; 26; pp. 215-240

Wilson, William Julius; "Citizenship and the Inner-City Ghetto Poor" in Steenbergen, Bart van (ed.); *The Condition of Citizenship*; Sage Publications; London; 1994; pp. 49-65

Wuthnow, Robert; "Religion and the Voluntary Spirit in the United States" in *Faith and Philanthropy in America*; 1990; p. 3-21

Yates, Miranda; Youniss, James (eds.); *Roots of Civic Identity: International Perspectives on Community Service and Activism in Youth*; Cambridge University Press; Cambridge; 1999

Youniss, James; McLellan, Jeffrey A.; Yates, Miranda; "What we Know About Engendering Civic Identity" in *American Behavioral Scientist*; Mar/Apr' 1997; 40 (5); pp. 620-631